**EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL INTERNACIONAL**

**Nº 44/2013 – COAD/DLOG/DPF**

A União, por intermédio do Departamento de Polícia Federal, e por seu Ordenador de Despesas, com a competência que lhe confere a Portaria nº. 3001/2012-DG/DPF, de 18 de junho de 2012, torna público que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL INTERNACIONAL**, **do tipo menor preço TOTAL DO ITEM**, decorrente do **Processo n.º 08200.002872/2013-91**, observadas as especificações constantes do presente Edital e seus anexos, regida pela Lei nº 10.520, de 2002, ao Decreto nº 3.555, de 2000, à Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, ao Decreto nº 3.722, de 2001, à Lei Complementar nº 123, de 2006, e subsidiariamente à Lei nº 8.666, de 1993, e respectivas alterações, e pelas regras de comércio internacional e de política monetária adotadas pelo Brasil**,** além das disposições estabelecidas neste Edital e em seus anexos, com objetivo de adquirir os bens abaixo discriminados para atender as necessidades do Departamento de Polícia Federal.

###### CRONOGRAMA DOS EVENTOS

## ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO

#### Até as 10h do dia 13 de dezembro de 2013

## ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇOS

Data: 13 de dezembro de 2013

**Horário: 10h10min.**

## ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO

Imediatamente após o encerramento da etapa de lances verbais, ou em outra data, na forma estipulada no edital.

**ENDEREÇO**

**SAS QUADRA 6, LOTES 9/10, ED. SEDE DO DPF, 1º ANDAR,**

**AUDITÓRIO/SALA DE REUNIÕES COAD/DLOG/DPF**

**Brasília – Distrito Federal - Brasil**

1. **DO OBJETO**
   1. Aquisição de veículo blindado de combate para atender às necessidades do Comando de Operações Táticas - COT**,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e no Termo de Referência.
   2. A licitação terá apenas 01 item no quantitativo previsto no edital e no Termo de Referencia.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ITEM** | **CARACTERÍSTICAS DO OBJETO** | **QUANTIDADE** |
| **1** | **VEÍCULO BLINDADO DE COMBATE, COM PLATAFORMA DE ABORDAGEM** | **3** |

* 1. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO TOTAL POR ITEM,** observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto e seus valores máximos.
  2. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
     1. **ANEXO I** – Termo de Referência com 2 (dois) anexos consistentes nos modelos de propostas para as empresas nacionais/estrangeiras com funcionamento no Brasil, e para as empresas estrangeiras sem funcionamento no Brasil;
        1. **ANEXO I-A -** Planilha de Formação de preços unitários e globais a serem suportados pela Administração para fins de aceitação das propostas após a fase de negociação das Empresas Estrangeiras;
        2. **ANEXO I-B -** Planilha de Formação de preços unitários e globais a serem suportados pela Administração para fins de aceitação das propostas após a fase de negociação das Empresas Nacionais ou Estrangeiras em funcionamento do Brasil.
     2. **ANEXO II** – Modelo de declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (inciso VII do artigo 4º da Lei nº 10.520, de 2002);
     3. **ANEXO III** – Modelo de declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;
     4. **ANEXO IV** – Modelo de declaração relativa à proibição do trabalho do menor (Lei nº 9.854/99);
     5. **ANEXO V** – Modelo de declaração de microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007;
     6. **ANEXO VI** – Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta, de que trata a Instrução Normativa n° 2, de 16 de setembro de 2009, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
     7. **ANEXO VII** – Minuta do contrato;
     8. **ANEXO VIII** – Modelo de declaração de impossibilidade de atendimento de exigência documental editalícia em função da inexistência de documento equivalente no país da licitante;

1. **DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**
   1. Poderão participar desta licitação os interessados, do ramo pertinente ao objeto da contratação, que preencham as condições estabelecidas neste Edital, e que comprovem sua qualificação conforme disposto nos artigos 27 a 31 da Lei 8.666/93 e art. 13 do Decreto 3.555/2000, empresas brasileiras e/ou estrangeiras em funcionamento no Brasil (ambas consideradas nacionais para fins deste edital e dos seus anexos), e também as estrangeiras que não funcionem no Brasil.
   2. Não poderão participar desta licitação:
      1. Empresas que estejam reunidas em consórcio, ou sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição;
      2. Empresas concordatárias, ou que estejam sob falência ou insolvência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, ou liquidação.
      3. Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, nos termos do artigo 87, inciso III, da Lei n° 8.666, de 1993;
      4. Que estejam impedidas de licitar e de contratar com a União, nos termos do artigo 7° da Lei n° 10.520, de 2002, e decretos regulamentadores;
      5. Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8°, inciso V, da Lei n° 9.605, de 1998;
      6. Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;
      7. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.
      8. Que integre, em seu quadro societário ou empregatício, familiar de agente público que prestem serviços ao MJ/DPF em cargo de comissão ou função de confiança, conforme art. 7° do Decreto n° 7.203/2010.
   3. As empresas não cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, poderão participar desde que apresentem os documentos exigidos no item 8 e seus respectivos subitens deste edital, em cujo ato constitutivo esteja contemplado a fabricação e comércio ou o comércio de equipamentos objeto deste edital, e apresente os documentos exigidos neste edital e anexos;
   4. Todo e qualquer documento equivalente exigido e que se fizer necessário à participação no presente certame licitatório, apresentado em idioma estrangeiro, deverá ser autenticado pelo respectivo consulado, além de ser traduzido para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado, conforme dispõe o art. 32 parágrafo 4. da Lei 8.666/93 e art. 16 do Decreto n. 3555/2000.
   5. As empresas estrangeiras que não puderem apresentar a documentação exigida neste edital por força de legislação específica de país de origem do licitante, ou que não apresentarem equivalência em relação à legislação brasileira, deverão apresentar declaração informando a impossibilidade de atendimento aos mesmos, conforme modelo constante no Anexo VIII.
2. **DA ABERTURA DA SESSÃO E DO CREDENCIAMENTO**
   1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste edital, ou na hipótese de não haver expediente naquela data, no mesmo horário marcado, no primeiro dia útil subseqüente
   2. Os proponentes deverão se apresentar para credenciamento junto ao pregoeiro e equipe de apoio, no local, na data e até o horário indicados no preâmbulo deste Edital, através de um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a cédula de identidade ou documento equivalente.
      1. O credenciamento far-se-á por meio de representante munido com instrumento particular de procuração com firma devidamente reconhecida em cartório ou por meio de instrumento público de procuração, que comprovem de forma clara e inequívoca os poderes para rubricar e assinar documentos ou as propostas de preços, manifestar-se de forma verbal ou escrita, para efetuar lances, interpor recurso, renunciar ou desistir de prazos e recursos e assumir direitos e obrigações em nome da empresa proponente, ou ainda, pelo sócio gerente, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente.
         1. Sendo o credenciamento do representante realizado por meio de instrumento particular de procuração com firma devidamente reconhecida em cartório, esta deverá ser acompanhada do documento comprobatório, original ou cópia autenticada, da capacidade do outorgante para constituir mandatários, documento este que deverá ser apresentado no ato do credenciamento.
         2. Sendo o credenciamento do representante realizado por meio de instrumento público de procuração, fica dispensada a verificação dos documentos que comprovem os poderes do outorgante citada no subitem anterior.
         3. Sendo o credenciamento do representante autorizado pelo próprio sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, o credenciamento far-se-á por apresentação do original ou de cópia autenticada do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, documento este que deverá ser apresentado no ato do credenciamento.
      2. O licitante estrangeiro deverá ter procurador residente e domiciliado no Brasil, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativa e judicialmente, especialmente pelos atos decorrentes do procedimento licitatório e da futura contratação prevista neste edital, que deverá juntar os instrumentos de mandato com os documentos de habilitação, caso seja distinto do representante de que trata o subitem 3.2.1.
   3. O credenciamento é condição obrigatória para a formulação de lances e a prática dos demais atos inerentes a este Pregão (artigo 4º, inciso VI da Lei n.º 10.520/2002).
   4. Não será admitida a participação de mesmo representante para mais de uma empresa licitante, sob pena de exclusão sumária das licitantes representadas, sem prejuízo das demais ações decorrentes.
   5. A não observância do disposto nos subitens 3.2.1 e 3.3 não inabilita a licitante, mas impedirá o representante de se manifestar em qualquer fase do processo licitatório.
   6. O licitante, ou o seu representante, após a fase de credenciamento, deverá apresentar ao pregoeiro os seguintes documentos:
      1. Envelope da proposta de preços e envelope da documentação de habilitação, separados, fechados e rubricados no fecho, opacos, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

ENVELOPE N° 1 - PROPOSTA DE PREÇOS

**(NOME DO ÓRGÃO LICITANTE)**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2013**

**(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE)**

CNPJ N° **XXXX**

**ENDEREÇO, TELEFONE E FAX**

ENVELOPE N° 2 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

**(NOME DO ÓRGÃO LICITANTE)**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº** 44**/2013**

**(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE)**

CNPJ N° **XXXX**

**ENDEREÇO, TELEFONE E FAX**

* 1. Será admitido o encaminhamento dos envelopes por via postal ou outro meio similar de entrega, mediante recibo ou aviso de recebimento, desde que entregues até 1 (uma) hora antes da abertura da sessão pública.
     1. Nessa hipótese, os dois envelopes deverão ser acondicionados em invólucro único, endereçado diretamente à Comissão, com a seguinte identificação:

À COMISSÃO DE LICITAÇÃO

**(NOME DO ÓRGÃO LICITANTE)**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2013**

SESSÃO EM **13/12/2013**, ÀS **10** HORAS

* 1. Os envelopes que não forem entregues nas condições acima estipuladas não gerarão efeitos de proposta.
  2. A entrega dos envelopes deverá ocorrer após a abertura da sessão pública, tão logo seja encerrado o credenciamento. Nesse momento os envelopes serão numerados com o respectivo número de identificação dado à licitante participante.
  3. Não serão recebidos envelopes após o pregoeiro declarar encerrada a fase de entrega dos mesmos.
  4. É vedada, após o recebimento dos envelopes, a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar originariamente nos mesmos, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro e equipe de apoio ou para alterações destinadas a sanarem evidentes erros ou omissões formais, de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas e documentações ou ainda, na hipótese de juntada de documento meramente explicativo complementar de outro preexistente ou para produzir contraprova e demonstração do equívoco do que foi decidido pela Administração.
  5. A Administração poderá manter, a critério do pregoeiro, em seu poder todos os documentos e envelopes das empresas, ainda que não abertos, até a data de assinatura do contrato ou até decorrido o prazo de validade das propostas, momento em que as licitantes poderão requisitar junto ao pregoeiro os documentos ou envelopes lacrados não aproveitados no certame.
  6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.
  7. Todos os documentos de que trata o item 3 ficarão em posse do pregoeiro e equipe de apoio para fins de formalização de processo.
  8. No caso de empresas estrangeiras, os documentos equivalentes, deverão estar devidamente consularizados e traduzidos por tradutor juramentado no Brasil.

1. **DA PROPOSTA DE PREÇOS**
   1. A proposta de preços deverá ser impressa ou datilografada, em uma via, no idioma português do Brasil e apresentada sem alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas. Suas folhas devem estar numeradas sequencialmente e rubricadas, e a ultima deverá estar assinada pelo representante legal da licitante; no caso de cópia(s) a(s) mesma(s) deverá (ão) estar autenticada(s) por cartório competente ou conferida(s) por servidor do DPF, membro da equipe de apoio, devendo ainda:
      1. Conter o nome da proponente, endereço completo, números do CNPJ e da Inscrição Estadual ou Distrital, telefone e fax (se houver);
      2. Conter preço total e unitário do item cotado, em REAL (R$), EURO (EUR) ou DOLAR NORTE AMERICANO (US$), o qual deverá ser indicado em algarismos arábicos e por extenso, prevalecendo em caso de divergências entre os valores, a indicação por extenso, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente aceito pelo pregoeiro e equipe de apoio ou na ocorrência de uma das hipóteses previstas neste edital ou anexos, e ainda, quando existir outro documento que comprove a real intenção da cotação.
         1. **Para as empresas nacionais**, as propostas deverão apresentar os preços unitários e o preço total dos itens em moeda nacional REAL (R$), EURO (EUR) ou DOLAR NORTE AMERICANO (US$), devendo apresentar planilha, para o item único do pregão, (conforme modelo constante do ANEXO I-A do Termo de Referência), identificando separadamente os seguintes componentes:
            1. Preço Unitário Posto-Fábrica, sem impostos, no estabelecimento do vendedor, ou em outro local nomeado (fábrica, armazém, etc.), excluídos os valores relativos ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), ao Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS);
            2. Custo Unitário de Encargos relativos ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), e IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) incidentes sobre os equipamentos, discriminando-os, inclusive quanto à alíquota incidente.
            3. Custo Unitário do Transporte Doméstico, seguro e outros, incidentes sobre a entrega dos equipamentos no destino final no Brasil, discriminando-os; no preço cotado deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto.
            4. Custo dos Serviços Decorrentes, tais como instalação, testes e/ou colocação em funcionamento dos equipamentos fornecidos; fornecimento de ferramentas necessárias para a montagem e manutenção; fornecimento de manual detalhado de operação e manutenção para cada unidade apropriada dos equipamentos fornecidos com tradução em português, discriminando-os;
            5. Custo dos Serviços de Garantia e Assistência Técnica, tais como garantia de funcionamento, manutenção preventiva e corretiva, assistência técnica, incluindo pecas de reposição, para garantir o funcionamento do equipamento durante o período de garantia, discriminando-os.
            6. A licitante nacional deverá discriminar na proposta a base de cálculo, as alíquotas e os valores dos tributos e as contribuições sociais dos gravames incidentes sobre o preço de venda, além do **código NCM** do produto para fins de enquadramento tributário junto à Receita Federal do Brasil, para cumprimento do disposto no §4º do art. 42 da Lei n.º 8.666/93.
         2. Para bens oferecidos DO EXTERIOR, ou seja, por empresa estrangeira (através de importação direta em nome do próprio – União/Departamento de Policia Federal, com amparo na Lei Federal no 8.032, de 12 abr. 1990, que concede os benefícios fiscais, e demais legislações vigentes), as propostas deverão apresentar o preço unitário e o preço total do item em moeda nacional REAL (R$), EURO (EUR) ou DOLAR NORTE AMERICANO (US$), devendo apresentar planilha, para o item único do pregão, (conforme modelo constante do ANEXO I-B do Termo de Referência) cotando os equipamentos na modalidade para importação INCOTERMS 2010 Entregue Direitos Pagos – **carriage and in insurance paid to final destination** (CIP) à Policia Federal – Aeroporto Internacional de Brasília – Brasil, identificando separadamente os seguintes componentes:
            1. Preço FCA Total da Mercadoria, no local de embarque estrangeiro, pronta para a importação e pronta para ser entregue ao transportador, até o local de destino determinado neste edital e anexos;
            2. Valor do frete total internacional;
            3. Valor do seguro total internacional;
            4. O Custo **CIP ( = carriage and in insurance paid to final destination),** incluídos todos os riscos e custos relativos ao transporte internacional e entrega da mercadoria no local de destino designado.
      3. Conter a descrição do item cotado, com todas as suas características, especificações, bem como com a indicação do país fabricante, da marca, modelo e a referência, as quais deverão atender as características mínimas exigidas pela Administração contidas no termo de referencia;
      4. Apresentar catálogos e/ou prospectos que contenham a descrição ou informações do objeto cotado: fotos; especificações técnicas; marca e modelo do produto/equipamento; as quais comprovarão que efetivamente o produto/equipamento ofertado existe no mercado e que apresenta as especificações técnicas mínimas exigidas pela Administração, no idioma Português (Brasil) ou Inglês;
      5. Conter declaração expressa de cumprimento dos prazos de entrega dos equipamentos, se comprometendo a atender às definições constantes no Termo de Referência;
      6. Conter o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de entrega das propostas;
      7. Conter declaração expressa preferencialmente nos seguintes termos: os preços ofertados englobam as despesas com material, mão-de-obra, encargos sociais, trabalhistas, fiscais, previdenciários e comerciais, fretes, transportes, seguros, embalagens, grafismo, tributos incidentes, treinamento de pessoal e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação;
      8. Declaração da licitante de que se compromete a prestar a assistência técnica de garantia dos equipamentos, incluindo as manutenções preventivas, conforme manual do fabricante ou outras manutenções mandatórias em cumprimento de documentos emitidos pelo fabricante ou órgãos regulamentadores, a contar da data de recebimento definitivo, contra quaisquer defeitos de fabricação, desgaste precoce ou de montagem, incluindo assistência técnica gratuita a ser prestada pelo fornecedor, composta de mão-de-obra, substituição, reposição de pecas e componentes, sem ônus para a contratante, desde que estes não sejam provenientes de operação ou manuseio inadequado, conforme previsto no termo de referência;
      9. Declaração da licitante de que se compromete a prestar suporte técnico, bem como prover a assistência técnica em conformidade com as exigências estabelecidas no Termo de Referência, indicando os **prazos de garantia** dos componentes dos veículos, não inferiores aos constantes no **item 9** do Termo de Referência (Anexo I), a contar da data de recebimento definitivo, incluindo assistência técnica gratuita a ser prestada pelo fornecedor, composta de mão-de-obra, substituição, reposição de pecas e componentes, salvo se constatada a indevida utilização do veículo pelo operador final, caso fortuito ou forca maior, indicando os locais e empresas homologadas no Brasil, necessariamente na cidade de Brasília, para a respectiva manutenção e autorizadas pelo fabricante.
      10. Declaração da licitante que se obriga a aceitar **acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento)** do valor atualizado do contrato, de acordo com o §1º do art. 65 da Lei no 8.666/93;
      11. Declaração do fabricante, quando a licitante se enquadrar na categoria de distribuidora, representante ou revendedora, nessas condições habilitada para a presente licitação, autorizando a comercialização do objeto proposto;
      12. Declaração da licitante de que todas as licenças, autorizações, licenciamentos, homologações, certificações, registros referentes ao objeto proposto por ocasião desta licitação reverterão em benefício do DPF;
      13. Declaração da licitante de que entregará, juntamente com os equipamentos, um manual de usuário por unidade, traduzido para o idioma português;
      14. Declaração expressa do fabricante contendo claramente as exigências estabelecidas e as condições da execução da garantia técnica, firmada pelo fabricante ou seu representante legal no Brasil, e acompanhada dos respectivos documentos de delegação de poderes, tradução juramentada no Brasil, notarização e consularização, conforme aplicável;
   2. Considera-se, para fins do presente edital e termo de referência, que o Preço FCA da Mercadoria representa o preço do equipamento no momento em que estiver pronto para ser entregue ao transportador e disponível para ser importado para o Brasil.
   3. Considera-se, para fins do presente edital e anexos, que o Custo Seguro e Frete Pago **(CIP= carriage and in insurance paid to final destination)**, representa o preço FCA somado ao preço do frete pelo transporte da mercadoria até o local designado e ao preço do seguro contra risco de perdas e danos da mercadoria durante o transporte internacional.
   4. Caso o licitante estrangeiro seja declarado vencedor, não arcará, em seus custos, com: o Imposto de Importação – II, nos termos da alínea "a" do inc. I da art. 2º da Lei nº 8.032/90, c/c inc. IV do art. 1º da Lei nº 8.402/92 e alínea “a” do inc. I do art. 135 do Decreto nº 4.543/2002, o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, nos termos do art. 12 da Lei nº 9.493/97 c/c inc. XXIX do art. 51 do Decreto nº 4.544/2002, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, nos termos do Princípio da Imunidade Recíproca, alínea “a” do inc. IV do art. 150 c/c com a Não Cumulatividade prevista pelo inc. I do §2º do art. 155, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil, de Convênios entre os entes federativos e a União e Resoluções do CONFAZ, PIS e do COFINS, modalidade de importação, nos termos da alínea “a” do inc. I do art. 9º da Lei nº 10.865/2004, a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços (PIS/PASEP - Importação) e a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (COFINS – Importação), em virtude do mesmo ser importado pelo Departamento de Polícia Federal. Entretanto, deve se responsabilizar por eventuais trânsitos aduaneiros ou trânsito com a mercadoria já nacionalizada, decorrentes da chegada dos equipamentos em outra localidade.
   5. A terceira casa decimal, eventualmente constante da proposta, será desconsiderada na ocasião do julgamento, sendo consideradas duas casas após a vírgula.
   6. Os valores propostos em moeda estrangeira serão convertidos em moeda brasileira, a taxa de cambio vigente, para compra, no dia útil imediatamente anterior a data da abertura das propostas e o preço unitário proposto não poderá exceder o preço unitário máximo que a administração se dispõe a pagar para o objeto do presente pregão internacional, estabelecido no Termo de Referência, sob pena de desclassificação.
   7. A omissão de qualquer despesa ou custo necessário à perfeita execução do objeto desta licitação será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo o licitante pleitear quaisquer acréscimos após a entrega da proposta.
   8. Para bens oferecidos do EXTERIOR por empresa estrangeira (através de importação direta em nome da União /Departamento de Policia Federal, com amparo na Lei no 8.032, de 12 abr. 1990, que concede os benefícios fiscais e demais legislações vigentes), no caso de adjudicação, deverá ser apresentada em até 10 (dez) dias úteis após o resultado do pregão, fatura pró-forma (*Invoice Comercial*) contemplando os valores corrigidos a menor, em virtude dos lances ofertados, com os dados bancários, de modo a viabilizar o procedimento de importação e de pagamento no exterior, contendo ainda, no mínimo, a identificação do fornecedor, a identificação do importador, a data de emissão, a data provável do embarque, e a descrição do(s) produto(s) com respectivo(s) valor(es).
   9. A licitante deverá optar por única moeda para composição da cotação (REAL (R$), EURO (EUR) OU DOLAR AMERICANO (U$), não sendo admitida a apresentação de proposta contendo moedas diversas).
   10. Por ocasião do julgamento das propostas de preços, o valor apresentado em moeda estrangeira será convertido pela taxa de câmbio, de compra, para Reais (R$) utilizando-se do índice PTAX, do Banco Central do Brasil, praticada na conversão do câmbio utilizado na data do dia útil imediatamente anterior à abertura das propostas. A conversão será realizada através de consulta à internet, no Sistema de Informações do Banco Central do Brasil – SISBACEN, disponível no endereço www4.bcb.gov.br/pec/conversao/conversao.asp.
   11. As empresas deverão evitar a utilização de expressões “conforme o edital” ou outra equivalente em sua proposta de preços, para evitar dúvidas na interpretação de seus teores, o que poderá acarretar em sua desclassificação.
   12. Será da exclusiva e total responsabilidade das licitantes obter, dos órgãos competentes, seja no exterior, seja no Brasil, informações sobre a incidência ou não de tributos, impostos e taxas de qualquer natureza devidas para o fornecimento do objeto desta licitação, nos mercados interno e/ou externo, considerando os respectivos gravames nas suas propostas, indicando, também, nas suas propostas as isenções ou imunidades aplicáveis à contratação (caso existam), acompanhadas do fundamento legal respectivo, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributaria ou outras correlatas.
   13. Às licitantes estabelecidas no Brasil não se aplica a condição do Departamento de Policia Federal como importador, visto que eventual objeto importado deverá ser nacionalizado sob inteira responsabilidade da proponente brasileira, conforme disposto pelo Regulamento Aduaneiro do Brasil. Os custos de peças ou equipamentos com despacho alfandegário, porventura existente, deverão estar incluídos na planilha de preço proposto.
   14. O preço proposto será de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração do mesmo.
   15. A proposta apresentada não poderá ser alterada, seja com relação a prazo e especificações do produto ofertado, seja com relação a qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, bem como, não serão admitidos quaisquer acréscimos, supressões, retificações ou desistência de propostas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro e equipe de apoio para revelação de erros ou omissões formais, de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas, ou na hipótese de uma das ocorrências previstas no Edital.
   16. Serão desclassificadas as propostas que não satisfizerem o especificado neste edital e nos seus anexos.
   17. Em se tratando de licitante de cidades localizadas em outro estado da federação, deverão ser informados o nome, endereço, telefone e fax de representante nesta capital, se existir.
   18. Serão corrigidos, automaticamente pelo pregoeiro/equipe de apoio, quaisquer erros de soma, multiplicação, subtração e divisão, porventura identificados.
   19. A falta de data, rubrica, CNPJ, numeração e/ou endereço completo na proposta, poderá ser suprida pelo representante legal, presente a reunião de abertura dos envelopes, com poderes para esse fim.
   20. É facultada às licitantes a apresentação de prospectos, folhetins, manuais de usuário, manuais técnicos ou outra publicação impressa ou mídia referente aos equipamentos propostos, os quais constituirão apensos da proposta de preços e não serão considerados para efeito de julgamento e aceitabilidade das propostas.
   21. O julgamento das propostas será processado pelo menor preço após a fase de lances, que serão realizados em Reais a partir da proposta escrita entregue.
   22. Em nenhuma hipótese poderá ser alterada, quanto ao seu mérito, a proposta apresentada, tanto no que se refere às condições de pagamento, prazo ou quaisquer outras que importem em modificação nos seus termos originais.
   23. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.
   24. No caso de empresas estrangeiras, os documentos equivalentes aos exigidos das licitantes nacionais, quando existentes, deverão estar devidamente consularizados e traduzidos por tradutor juramentado no Brasil.
2. **DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**
   1. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital e anexos, que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.
   2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em ata.
   3. Para fins de classificação, competição e equalização, conforme dispõe o § 4º do art. 42 da Lei nº 8.666/93, na comparação entre as propostas das empresas nacionais e estrangeiras, ao preço do produto importado, cotado **CIP** (**carriage and in insurance paid to final destination**), serão acrescidos os gravames dos tributos que oneram exclusivamente os licitantes nacionais quanto à operação final de venda, visando à garantia do princípio da isonomia entre os licitantes.

5.3.1. Para atendimento ao disposto no subitem anterior, o Pregoeiro adotará a aplicação da regra abaixo estabelecida, considerada a conversão da moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente, PTAX do dia útil anterior à data da sessão:

|  |  |
| --- | --- |
| PUFLE = | \_\_\_\_\_CC\_\_\_\_  1 – (A + B + C + D)  100 |

onde:

PUFLE = Preço unitário final da licitante estrangeira;

CC = Custo CIP;

A = Alíquota do ICMS informado pela licitante nacional;

B = Alíquota do COFINS informado pela licitante nacional;

C = Alíquota do PIS informado pela licitante nacional.

D = Alíquota do IPI informado pela licitante nacional

* + - 1. Havendo apenas licitantes estrangeiros ou apenas licitantes nacionais, não haverá a necessidade de equalização e nem a obtenção dos preços ajustados, servindo os próprios preços das propostas como ponto de partida para os respectivos lances.
  1. As alíquotas poderão ser calculadas no momento do pregão, mediante consulta em planilha no site: <http://www4.receita.fazenda.gov.br/simulador/BuscaNCM.jsp>
  2. Para efeito de equalização das propostas, a alíquota do ICMS a ser considerada para empresas estrangeiras será a de Brasília-DF, para os bens objeto deste pregão, nos termos do Decreto nº 18.955, de 22 de dezembro de 1997, salvo a ocorrência de qualquer hipótese de isenção ou imunidade para a licitante nacional.
  3. Para as empresas brasileiras, a alíquota do ICMS a ser considerada será aquela informada pela empresa, em acordo com a legislação de regência para cada caso específico, salvo a ocorrência de qualquer hipótese de isenção ou imunidade para a licitante nacional.
  4. O pregoeiro classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, para participação na fase de lances.
  5. Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem anterior, o pregoeiro classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos.
  6. Os preços oferecidos devem estar compatíveis com os praticados no mercado.
  7. O pregoeiro examinará a aceitabilidade das propostas classificadas, quanto ao objeto, ao valor e ao atendimento das exigências editalícias, decidindo motivadamente a respeito.

1. **DA FORMULAÇÃO DE LANCES**
   1. Classificadas as propostas, de acordo com o edital, o pregoeiro dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.
      1. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do item, considerado o preço ajustado previsto no tópico anterior do edital.
   2. O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, distintos, e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.
   3. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances e a manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas.
   4. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido primeiro, de acordo com a ordem de classificação para oferta de lances.
   5. Em se tratando de empate de propostas de empresas que não credenciaram representantes para a fase de lances verbais, será realizado, pelo pregoeiro, sorteio para definição da empresa que será classificada como a de melhor proposta, para fins de classificação.
   6. Não será admitida a desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às sanções constantes do item 21 deste edital.
   7. Encerrada a etapa de lances, na hipótese de participação de licitante microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (COOP), será observado o disposto nos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.204, de 2007.
      1. O Pregoeiro identificará os preços ofertados pelas ME/EPP e COOP participantes que sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço, desde que a primeira colocada não seja uma ME/EPP/COOP.
      2. As propostas ou lances que se enquadrarem nessa condição serão consideradas empatadas com a primeira colocada e o licitante ME/EPP/COOP melhor classificado terá o direito de apresentar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos.
      3. Caso a ME/EPP/COOP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes ME/EPP/COOP participantes que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, segundo o estabelecido no subitem anterior.
      4. Caso sejam identificadas propostas de licitantes ME/EPP/COOP empatadas, no referido intervalo de 5% (cinco por cento), será realizado sorteio para definir qual das licitantes primeiro poderá apresentar nova oferta, conforme subitens acima.
      5. Havendo êxito neste procedimento, a ME/EPP/COOP assumirá a condição de melhor classificada no certame, para fins de aceitação. Não havendo êxito, ou tendo sido a melhor oferta inicial apresentada por ME/EPP/COOP, ou ainda não existindo ME/EPP/COOP participante, prevalecerá a classificação inicial.
      6. Somente após o procedimento de desempate fictício, quando houver, e a classificação final dos licitantes, será cabível a negociação de preço junto ao fornecedor classificado em primeiro lugar
   8. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:
2. produzidos no País;
3. produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
4. produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
   1. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio.
   2. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste edital.
   3. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
5. **DA ACEITAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**
   1. No julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO TOTAL POR ITEM**, atendidas as condições estabelecidas neste Edital e anexos.
   2. Não serão aceitas as propostas que, após a fase de lances e negociação:
      1. apresentarem preços unitários e/ou total por item, ou o preço do grupo, acima do estimado pela Administração, conforme estabelecido no termo de referência (vide item 7.1);
      2. apresentarem preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios, de valor igual a zero;
      3. apresentarem omissão ou descumprimento a quaisquer das exigências estabelecidas neste edital e seus anexos;
      4. apresentarem qualquer oferta de vantagem não prevista nesta licitação, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido;
      5. apresentarem preço ou vantagem baseados nas ofertas das demais licitantes;
      6. ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis, nos termos do art. 48 da Lei nº 8.666/1993.

7.3. Quando a proposta for manifestamente inexequível, o pregoeiro concederá à licitante a oportunidade de comprovar a exequibilidade de sua proposta, decidindo motivadamente.

7.4. Quando todas as propostas forem desclassificadas, o pregoeiro poderá fixar às licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas, escoimadas das causas de desclassificação.

7.5. Para fins de julgamento das propostas, o pregoeiro converterá em reais os preços das propostas classificadas (exame de conformidade de propostas), apresentadas em moeda estrangeira, conforme o critério estabelecido no subitem 4.10 deste edital.

* 1. Como condição prévia à aceitação da proposta, caso o licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar tenha usufruído do tratamento diferenciado previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n° 123, de 2006, o pregoeiro poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal ([www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br)), seção “Despesas – Gastos Diretos do Governo – Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)”, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ele recebidas, no exercício anterior, extrapola o limite de R$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), previsto no artigo 3°, inciso II, da Lei Complementar n° 123, de 2006, ou o limite proporcional de que trata o artigo 3°, § 2°, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado.
  2. Para a microempresa ou empresa de pequeno porte, a consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ela recebidas, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o artigo 3°, §§ 9°-A e 12, da Lei Complementar n° 123, de 2006.
  3. Constatada a ocorrência de qualquer das situações de extrapolamento do limite legal, o Pregoeiro indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, conforme artigo 3°, §§ 9°, 9°-A, 10 e 12, da Lei Complementar n° 123, de 2006, com a consequente recusa do lance de desempate, sem prejuízo das penalidades incidentes.
  4. Não ocorrendo situação de recusa com base na hipótese acima, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação e sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
  5. O pregoeiro poderá solicitar à licitante que apresente imediatamente documento contendo as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, sob pena de não aceitação da proposta.
  6. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável ou for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subseqüente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.
     1. Nessa situação, o pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
  7. No julgamento das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua substância, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.
  8. Restando vencedora empresa cuja proposta inicial tenha sido equalizada na forma do subitem 5.3.1. do edital, será efetuada a reversão dos valores equalizados, para fins de atendimento do item 4.4. do edital.
  9. Aceita a proposta classificada em primeiro lugar, o licitante deverá comprovar sua condição de habilitação, na forma determinada neste edital.
  10. O pregoeiro poderá, se necessário, suspender a sessão para a realização de diligência ou para recorrer a setores técnicos internos e/ou externos, a fim de obter parecer que possibilite melhor julgamento das especificações do produto cotado, definindo nova data para continuidade da sessão de licitação.

1. **DA HABILITAÇÃO**
   1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
2. SICAF;
3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\_adm/consultar\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (<http://www.tst.jus.br/certidao>);
   * 1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
     2. Constatada a existência de sanção, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.2. Ainda como condição prévia à habilitação, para o(s) item(ns) com participação de ME/EPP/COOP, o pregoeiro poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal ([www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br)), para verificação do somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pelo licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar no exercício anterior ou corrente, conforme procedimento previsto na fase de aceitação e julgamento da proposta, caso ainda não o tenha realizado.

8.2.1. Constatada a ocorrência de qualquer das situações de extrapolamento do limite legal, o Pregoeiro indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, conforme artigo 3°, §§ 9°, 9°-A, 10 e 12, da Lei Complementar n° 123, de 2006, com a consequente inabilitação, sem prejuízo das penalidades incidentes.

* 1. Não ocorrendo inabilitação, a documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar será verificada.
     1. Os documentos deverão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial.
  2. Para a habilitação, o licitante deverá apresentar os documentos a seguir relacionados:
     1. **RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
   1. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
3. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
4. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8° da Instrução Normativa n° 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;
5. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembléia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
7. No caso de empresa com exercício de atividade comercial de produtos controlados: Certificado de Registro expedido pela Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército Brasileiro, nos termos do Decreto nº 3.665, de 20 de novembro de 2000 (Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados/R-105), para fabricação ou comercialização do produto objeto deste processo licitatório.
   * 1. **RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**
8. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
9. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
10. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante certidão conjunta negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
11. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
12. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, mediante certidão negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros;
13. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS;
14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou certidão positiva com efeitos de negativa.
    * + 1. Caso o licitante seja microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de ser inabilitado.
      1. **RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**
15. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de um ano contados da data da sua apresentação;
16. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
    1. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;
    2. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;
    3. No caso de licitação para fornecimento de bens para pronta entrega, não se exigirá da microempresa ou empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social;
    4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
    5. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados mediante consulta *on line*, no caso de empresas inscritas no SICAF:

|  |  |
| --- | --- |
| LG = | Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo |
| Passivo Circulante + Passivo Não Circulante |

|  |  |
| --- | --- |
| SG = | Ativo Total |
| Passivo Circulante + Passivo Não Circulante |

|  |  |
| --- | --- |
| LC = | Ativo Circulante |
| Passivo Circulante |

* 1. O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui patrimônio líquido equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.
     1. **RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

1. Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público, declarando ter a empresa licitante tenha fornecido o objeto, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto do termo de referência.
   1. Com a finalidade de tornar objetivo o julgamento da documentação de qualificação técnica, considera-se compatível o atestado que expressamente certifique que a licitante já forneceu pelo menos 1 (uma) unidade do objeto deste Termo de Referência;
      1. **DOCUMENTOS COMPLEMENTARES:**
2. Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame, conforme modelo anexo a este edital;
3. Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme Lei nº 9.854, de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 2002, conforme modelo anexo a este edital;
4. Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (inciso VII do artigo 4º da Lei nº 10.520, de 2002), conforme modelo anexo a este edital;
5. Declaração relativa à proibição do trabalho do menor (Lei nº 9.854/99), conforme modelo anexo a este edital;
6. Declaração de microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, quando cabível, conforme modelo anexo a este edital.
7. Declaração de elaboração independente de propostas, conforme modelo anexo a este edital.
   1. O licitante que já estiver cadastrado no SICAF, em situação regular, até o terceiro dia útil anterior à data da abertura da sessão pública, ficará dispensado de apresentar os documentos comprobatórios abrangidos pelo referido cadastro que estejam validados e atualizados, nos termos do art. 13, § único do Decreto nº 3.555/00.
      1. A verificação se dará mediante consulta *on line*, realizada pelo pregoeiro, devendo o resultado ser impresso e anexado ao processo.
      2. Na hipótese de algum documento que já conste do SICAF estar com o seu prazo de validade vencido, e caso o pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, o licitante deverá apresentar imediatamente documento válido que comprove o atendimento às exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte e das cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.
      3. O licitante obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da habilitação.
   2. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.
      1. No caso de inabilitação, o pregoeiro retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subseqüente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
   3. Para fins de habilitação, o pregoeiro poderá obter certidões de órgãos ou entidades emissoras de certidões por sítios oficiais.
   4. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
   5. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para a continuidade da mesma.
   6. No julgamento da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.
   7. No caso de empresas estrangeiras, os documentos equivalentes, deverão estar devidamente consularizados e traduzidos por tradutor juramentado no Brasil.
   8. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.
      1. Caso o licitante seja microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal, ser-lhe-á assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
         1. Como condição para o deferimento do prazo de regularização, o pregoeiro poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal ([www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br)), para verificação do somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pelo licitante no exercício anterior ou corrente, conforme procedimento previsto na fase de aceitação e julgamento da proposta, caso ainda não o tenha realizado.
         2. Constatada a ocorrência de qualquer das situações de extrapolamento do limite legal, o Pregoeiro indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, conforme artigo 3°, §§ 9°, 9°-A, 10 e 12, da Lei Complementar n° 123, de 2006, com a negativa do prazo de regularização e consequente inabilitação, sem prejuízo das penalidades incidentes.
      2. A prorrogação do prazo a que se refere o subitem anterior deverá sempre ser concedida pela Administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho devidamente justificados.
      3. A declaração do vencedor de que trata este subitem acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.
      4. A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei n° 8.666, de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.
   9. Da sessão pública do pregão será lavrada ata, que mencionará todas os licitantes presentes, os lances finais oferecidos, bem como as demais ocorrências que interessarem ao julgamento, devendo a ata ser assinada pelo pregoeiro e por todas os licitantes presentes.
   10. **DOCUMENTAÇÃO DE EMPRESA OU SOCIEDADE ESTRANGEIRA:**
       1. Empresa(s) ou sociedade(s) estrangeira(s) que não funcione(m) no Brasil, tanto quanto possível, deverá(ão) apresentar os documentos equivalentes aos elencados no item 8.4 e seus subitens, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma brasileiro por tradutor juramentado no Brasil, conforme o disposto no art. art. 32 parágrafo 4. da Lei 8.666/93 e art. 16 do Decreto n. 3555/2000, sendo que, no caso de inexistência de documentos equivalentes ou proibição ou dispensa, por lei ou norma legal, de apresentar qualquer dos documentos solicitados, o(s) fato(s) deverá(ão) ser devidamente declarado(s), conforme modelo do ANEXO VIII, apresentando também o seguinte documento complementar:

**a)** Documento comprobatório de representação no Brasil, por pessoa jurídica ou física, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente por atos decorrentes da presente licitação, inclusive firmar documentos inerentes a esta licitação;

8.14.2.Os envelopes deverão ser entregues no endereço, até o limite da hora e data, mencionados no preâmbulo deste edital, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, a participação de retardatária, salvo sob condição de ouvinte.

8.14.3. Sob pena de inabilitação, todos os documentos equivalentes apresentados para a habilitação deverão estar em nome do licitante e com número do CNPJ/MF, se existir, ou equivalente no país de origem, endereço respectivo, ou seja, se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, ou se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, salvo:

8.14.3.1 Os da filial que pela própria natureza ou por disposição legal, comprovadamente, possam ser emitidos somente em nome da matriz.

8.14.4. Todos os documentos deverão ser datados dos últimos 180 (cento e oitenta) dias da data de abertura dos envelopes de habilitação, salvo quando não tiver outro prazo estabelecido pelo órgão competente expedidor ou por este edital ou cujo documento tenha prazo de validade indeterminado.

8.14.5.Não serão aceitos protocolos de entrega ou de solicitação de documento, em substituição aos requeridos neste Edital e seus anexos;

8.14.6.Serão consideradas INABILITADAS as licitantes estrangeiras que não atenderem ao item 9 e seus subitens, e as demais disposições deste edital, conforme cada caso específico, e no que couber às mesmas, ou que apresente qualquer documento com prazo de validade vencida.

8.14.7.Se o representante legal da empresa ou sociedade estrangeira tiver interesse em se cadastrar e habilitar parcialmente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Governo Federal - SICAF, poderá providenciar o seu cadastramento junto a qualquer Unidade Cadastradora, até o terceiro dia útil ao anterior à data prevista para o recebimento das "propostas", demonstrando para esse efeito, o atendimento de requisitos relativos à habilitação jurídica, qualificação técnica, regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira através de apresentação dos documentos referidos nos artigos 28 a 31 da Lei nº 8.666/93, na forma do definido pelo Decreto nº 3.722/01 e alterações, e que atenda as condições prescritas na Instrução Normativa nº 02, de 11 de outubro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

1. **DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**
   1. A proposta final do licitante declarado vencedor, nos casos não contemplados pelo subitem 4.8, com o preço final obtido após as fases de lances e negociação entre as partes, deverá ser encaminhada no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da solicitação do pregoeiro, após a adjudicação do objeto da licitação.
      1. A proposta final deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
      2. A proposta final deverá conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento, quando cabível.
   2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à contratada, se for o caso.
      1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a contratada.
      2. A proposta final também deverá observar as regras e requisitos previstos no item 4 e subitens deste edital, além das regras próprias previstas nos seus anexos.
2. **DOS RECURSOS**
   1. Declarado o vencedor, e depois de decorrida a fase de regularização fiscal, caso o licitante vencedor seja microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, qualquer licitante poderá, ao final da sessão pública, de forma imediata e motivada, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
   2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
   3. Cabe ao pregoeiro receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando-os à autoridade competente quando mantiver sua decisão.
      1. A análise quanto ao recebimento ou não do recurso, pelo pregoeiro, ficará adstrita à verificação da tempestividade e da existência de motivação da intenção de recorrer.
   4. O acolhimento de recurso, pelo pregoeiro, ou pela autoridade competente, conforme o caso, importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
   5. Não serão conhecidos os recursos cujas razões forem apresentadas fora dos prazos legais.
3. **DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**
   1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
   2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.
4. **DO CONTRATO**
   1. Após a homologação da licitação, a Adjudicatária terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.
      1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da adjudicatária e aceita pela Administração.
   2. Antes da assinatura do contrato ou da emissão da nota de empenho, a contratante realizará consulta *on line* ao SICAF, para identificar possível proibição de contratar com o poder público e verificar a manutenção das condições de habilitação, nos termos do artigo 3°, § 1°, da IN SLTI/MPOG n° 02, de 11/10/2010, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de acordo com o art. 27, inc. IV da Lei nº 8.666/93 e, o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).
   3. Se a adjudicatária, no ato da assinatura do contrato não comprovar que mantém as condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o contrato, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e das demais cominações legais.
   4. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
      1. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).
   5. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.
      1. É vedada a subcontratação parcial, exceto nas condições autorizadas no termo de referência ou na minuta de contrato.
   6. A contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
   7. Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por um representante da contratante, conforme indicado no termo de referência, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, de tudo dando ciência à Administração.
5. **DA GARANTIA**
   1. Será exigida a prestação de garantia pela contratada, no percentual de **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato, a ser comprovada no prazo de **10 (dez)** dias corridos, a partir da data da celebração do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual, cabendo à contratada optar por uma das seguintes modalidades:

13.1.1. Caução em dinheiro ou título da dívida pública;

13.1.2. Fiança bancária;

13.1.3. Seguro-garantia.

* 1. No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado na Caixa Econômica Federal, mediante depósito identificado a crédito da Contratante.
  2. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda
  3. No caso apresentação de fiança bancária como garantia, a mesma devera ser emitida em nome do Departamento de Policia Federal, devendo constar do instrumento, a renuncia expressa pelo fiador, dos benefícios previstos nos artigos 821, 827, 835, 837, 838 e 839, todos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil; art. 77 do Código de Processo Civil; arts. 261 e 262 do Código Comercial, cujo documento deverá ser apresentado no ato da publicação do contrato.
  4. No caso de apresentação de seguro-garantia como garantia contratual, o mesmo deve ter como beneficiário direto, único e exclusivamente, o Departamento de Policia Federal, cujo instrumento devera ser apresentado no ato da publicação do contrato.
     1. A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade durante a vigência do contrato.
  5. Após a execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da contratada, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos à contratante.
  6. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela Contratante, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da Contratada, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data em que tiver sido notificada.
  7. Não será aceita a prestação de garantia que não cubra todos os riscos ou prejuízos eventualmente decorrentes da execução do contrato, tal como a responsabilidade por multas.
  8. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

1. **DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**
   1. Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA n° 1, de 11/02/1993, e n° 272, de 14/09/2000, e legislação correlata. Assim como o que atenda aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA n° 18, de 06/05/1986, e n° 315, de 29/10/2002, e legislação correlata.
2. **DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO**
   1. O prazo de vigência da contratação será de **230 (duzentos e trinta) dias**, nestes considerados o prazo de entrega (até 180 dias), o prazo para o recebimento definitivo (até 20 dias) e o prazo para o pagamento (30 dias), acrescidos dos prazos necessários para a cobertura da garantia e demais obrigações acessórias e remanescentes do contrato.
      1. Caso o pagamento ocorra antes do prazo supramencionado (230 dias), será considerada como fim da vigência contratual a data do mesmo.
   2. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU n° 39, de 13/12/2011.
3. **DO PREÇO**
   1. Os preços são fixos e irreajustáveis.
4. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA, E DA FISCALIZAÇÃO**
   1. As obrigações da contratante e da contratada, e os critérios de fiscalização do contrato, são aqueles estabelecidos no termo de referência, e na minuta do instrumento de contrato, quando for o caso.
5. **DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA, DO RECEBIMENTO E DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**
   1. Os prazos e o local de entrega, e os critérios de recebimento e aceitação do objeto, estão previstos no termo de referência, e na minuta do instrumento de contrato quando for o caso.
6. **DAS CONDIÇÕES APLICÁVEIS NO CASO DE IMPORTAÇÃO OU DE BEM IMPORTADO**
   1. Em atendimento ao inc. X do art. 55 da Lei no 8666/93 c/c o art. 9º da Lei no 10.520/2002, em caso de fornecimento por empresa estrangeira, eventual importação dos equipamentos será realizada em nome da contratante, assumindo toda responsabilidade pelo desembaraço aduaneiro, incluindo taxas, despachantes, emolumentos, tarifas ou qualquer outro custo fiscal ou para fiscal decorrente do processo de importação, solicitações de isenções ou imunidades, interposição de recursos, assim como a eventual responsabilidade por multas aplicadas.
7. **DO PAGAMENTO**
   1. O pagamento será realizado de acordo com as diretrizes da Política Monetária e do Comércio Exterior, após apresentação das faturas, considerando-se especialmente o atendimento ao disposto pelo caput e §3º do art. 42 da Lei nº 8.666, de 1993, a Lei nº 4.320, de 1964, a Lei nº 10.192, de 2001, c/c Decreto-Lei nº 857, de 1969.
   2. **PARA O CASO DE PROPOSTA DE PREÇOS EM MOEDA ESTRANGEIRA** (Dólar Americano ou Euro), o pagamento será efetuado por meio de Carta de Credito Internacional, irrevogável e intransferível, emitida pelo Banco do Brasil S/A em favor da empresa contratada e garantida por banco de primeira linha indicado pelo licitante, nos termos da legislação em vigor, cuja validade correspondera ao prazo de entrega do objeto licitado e sua liberação para pagamento ocorrera mediante comunicação a ser feita ao emissor, apos a emissão do Termo de Recebimento Definitivo pelo DPF e, apresentação dos seguintes documentos listados abaixo no momento da assinatura do contrato:

19.2.1. Ofício de solicitação de abertura de Carta de Crédito;

19.2.2. *Invoice* (fatura Pro Forma) traduzida e juramentada;

19.2.3. Data do vencimento do crédito;

19.2.4. Local de embarque da mercadoria;

19.2.5. Dados bancários do exportador;

19.2.6. Data prevista para o embarque da mercadoria; e

19.2.7. País de origem da mercadoria.

* 1. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” na nota fiscal (Invoice) pela Comissão de Recebimento do Material e, depois de verificada a regularidade da documentação do item 19.2 e seus subitens.
  2. A liberação da carta de crédito irrevogável e intransferível aberta em favor da CONTRATADA junto ao Banco do Brasil S/A será efetuada logo após a confirmação do recebimento definitivo do material, nos termos previstos no termo de referência.
  3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” na nota fiscal pela Comissão de Recebimento do material e depois de verificada a regularidade fiscal do contratado no SICAF, a regularidade trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT) ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa) e o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).
     1. Eventual situação de irregularidade fiscal e trabalhista da contratada não impede o pagamento, se o fornecimento tiver sido prestado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e rescisão contratual.
  4. A liberação da carta de crédito irrevogável e intransferível aberta em favor da CONTRATADA junto ao Banco do Brasil S/A será efetuada logo após a confirmação do recebimento definitivo do material, nos termos previstos no termo de referência.
  5. Sendo necessária emenda da carta de crédito, como prorrogação ou alteração de condicionantes, as despesas que venham a incidir serão custeadas por quem deu causa à emenda.
  6. O pagamento da Carta de Credito feito à licitante brasileira será efetuado em Reais (R$), mediante conversão pela taxa de cambio, de compra, vigente para moeda estrangeira segundo o valor disponibilizado pelo Sistema de Informações do Banco Central do Brasil - SISBACEN, Boletim de Fechamento, no dia útil imediatamente anterior a data do efetivo pagamento.
  7. Todos as despesas referentes a emissão de ordem de pagamento e/ou credito documentário, ou a contratação da carta de credito (abertura, aviso, negociação e demais despesas decorrentes), ou ainda referentes a renovação da Carta de Credito, inclusive as referentes ao aumento da taxa cambial, no caso de atraso de adimplemento atribuível a Contratada, serão por ela custeadas.
  8. Todas as operações financeiras serão efetivadas por meio do Banco do Brasil S/A.
  9. **PARA O CASO DE PROPOSTA DE PREÇOS EM MOEDA BRASILEIRA** (Real), o pagamento será realizado por meio crédito em conta bancária; situação em que o proponente deverá fornecer todas as informações para a emissão da respectiva ordem de pagamento e/ou crédito documentário, conforme o caso, pelo banco emissor (*issuing bank*).
  10. O efetivo pagamento e liquidação serão considerados, PARA O CASO DE OPÇÃO DE CRÉDITO BANCÁRIO, com o deposito dos valores devidos pela Contratante em conta bancária do contratado;
  11. PARA O CASO DE OPÇÃO DE CARTA DE CRÉDITO, o efetivo pagamento e liquidação serão considerados com a autorização para o banco garantidor efetivar o pagamento ao beneficiário.
  12. Para efeito de pagamento para licitantes brasileiros, deverá ser comprovada a situação regular e valida no cadastro do SICAF da contratada.
  13. Caso haja multa por inadimplemento contratual, serão adotados os seguintes procedimentos:
      1. A multa será descontada da garantia do respectivo contratado, caso tenha sido exigida, e se o valor da mesma for superior ao da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração;
      2. Se o valor da multa for superior ao valor devido pelo fornecimento do objeto licitado, responderá a contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, descontado da garantia contratual.
  14. O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou documento equivalente, pela contratada.
  15. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura ou documento equivalente apresentada pela contratada.
      1. O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura, ou documento equivalente, apresentada pela contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.
  16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou dos documentos equivalentes pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.
  17. Antes do pagamento, a contratante realizará consulta *on line* ao SICAF e, se necessário, aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada (no caso de empresa nacional), devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.
  18. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa n° 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.
      1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6° da Instrução Normativa RFB n° 1.234, de 11 de janeiro de 2012.
  19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
  20. A contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.
  21. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

|  |
| --- |
| **EM = I x N x VP** |

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

|  |  |
| --- | --- |
| **I =** | **(6 / 100)** |
| **365** |

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

1. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO CUSTO ESTIMADO**
   1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

**Gestão/Unidade: 00001/200334**

**Fonte: 0100000000**

**Programa de Trabalho: 074159**

**Elemento de Despesa: 449052**

**PI: SESGE-IP2**

1. **DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADIMINISTRATIVAS**
   1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002 e do Decreto nº 3.555, de 2000, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:
      1. Não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
      2. Apresentar documentação falsa;
      3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
      4. Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;
      5. Comportar-se de modo inidôneo;
      6. Cometer fraude fiscal;
      7. Fizer declaração falsa;
      8. Ensejar o retardamento da execução do certame.
   2. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
2. Multa de até **10% (dez por cento)** sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
3. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 05(cinco) anos;
   * 1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
   1. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da contratação são aquelas previstas no item 15 e seus subitens, do Termo de Referência, e na CLÁUSULA QUATORZE do Termo do Contrato.
   2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
   3. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
   4. As multas serão recolhidas em favor da União, no prazo máximo de 10 (dez) diascorridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa da União e cobradas judicialmente.
   5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
   6. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
4. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**
   1. Até dois dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.
      1. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de até vinte e quatro horas.
      2. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, observando-se as exigências quanto à divulgação das modificações no edital.
   2. Qualquer modificação no edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
   3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subseqüente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.
   4. É facultada ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
   5. No caso de empresas estrangeiras, os documentos equivalentes, deverão estar devidamente consularizados e traduzidos por tradutor juramentado no Brasil.
   6. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
   7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
   8. A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.
   9. A anulação desta licitação por motivo de ilegalidade induz à do contrato, e não gera a obrigação de indenizar, ressalvado o direito de eventual contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que a causa não lhe seja imputável.
   10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
   11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
   12. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
   13. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
   14. Dos atos praticados pelo pregoeiro, caberá recurso ao ordenador de despesas da Coordenação de Administração do Departamento de Polícia Federal no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da intimação do ato, o qual deverá ser interposto perante a autoridade recorrida, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo, devidamente informado, para apreciação e decisão da autoridade superior.
   15. Em caso de divergência entre disposição do edital e das demais peças que compõem o processo, prevalece a previsão do edital.
   16. O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) e http://www.policiafederal.gov.br > Serviços > Licitações > Licitações 2011 > Distrito Federal > Órgãos Centrais > DLOG > Pregões e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço SAS Qd. 06 – Lts 09/10 – 1° andar, sala 110, Ed. Sede do Departamento de Polícia Federal, Brasília – DF, nos dias úteis, no horário das 08:00 às 18:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
   17. Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra do edital e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos, nos termos do artigo 5°, III, da Lei n° 10.520, de 2002.
   18. É expressamente proibida a veiculação de publicidade vinculada acerca desta licitação, salvo se houver prévia e expressa autorização do Departamento de Polícia Federal.
   19. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 3.722, de 2001, da Lei Complementar nº 123, de 2006, Lei nº 9784/99 e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.
   20. O foro para dirimir questões relativas ao presente edital será o da Seção Judiciária do Distrito Federal - Justiça Federal, com exclusão de qualquer outro.

Brasília/DF, \_\_\_ de\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2013.

**Ordenador de Despesas da COAD/DLOG/DPF**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

1. **OBJETO**
   1. Aquisição deveículo blindado de combate, com plataforma de abordagem, visando atender às necessidades operacionais do Comando de Operações Táticas do Departamento de Polícia Federal, conforme especificações, quantidades e demais condições constantes deste Termo de Referência e seus anexos;

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Item** | **DESCRIÇÃO** | **Qtde** |
| **1** | **VEÍCULO BLINDADO DE COMBATE, COM PLATAFORMA DE ABORDAGEM** | **3** |

* 1. Os bens objeto da aquisição estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais - CATMAT do SIASG.
     1. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CATMAT e do presente Termo de Referência, prevalecem estas últimas.
  2. O **prazo mínimo de** **garantia** é o constante do **item 9**, deste Termo de Referência**,** sendo que prevalecerá a garantia oferecida pelo fabricante, caso o prazo seja superior ao exigido, e começará a correr findo o prazo da garantia legal de que trata a Lei nº 8.078/1980, o qual se inicia a partir do recebimento definitivo.

1. **JUSTIFICATIVA**
   1. O Comando de Operações Táticas (COT) é o grupo especial da Polícia Federal encarregado da solução de eventos críticos de altíssimo risco. Desta forma, o COT foi instituído na estrutura do Departamento de Polícia Federal com as seguintes competências:

**I -** planejar, coordenar, dirigir, controlar, avaliar e executar, a nível nacional, operações em casos de:

* 1. Sequestro;
  2. Apoderamento ilícito de aeronaves;
  3. Controle de distúrbios civis (Lei 10.683/2005).

**II -** apoiar as unidades centrais e descentralizadas no desempenho de missões de alto risco, cujas características exijam policiais com treinamento específico em armas e táticas especiais;

**III -** ministrar treinamentos e cursos em sua área de atuação.

* 1. Todos os anos, invariavelmente, esta Coordenação participa de cerca de 80 missões, em sua maioria de combate ao crime organizado, cada vez mais crescente em nosso país. Além disso, as especificidades de algumas atribuições exclusivas previstas em lei, como por exemplo, a resposta a eventos críticos envolvendo o apoderamento ilícito de aeronaves, nos coloca diante da necessidade de aquisição de equipamentos e viaturas específicas para fazer frente a situações dessa natureza.
  2. Ademais, considerando os eventos esportivos de nível internacional que já estão agendados para os próximos anos em nosso país, como a Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, aumenta o risco de ocorrência de crises de grandes proporções. Para o enfrentamento de tais eventos críticos não se admite mais uma abordagem meramente casuística. Os recursos também devem ser aplicados visando à antecipação e à prevenção dessas situações.
  3. Hoje o COT/DIREX não dispõe de viaturas blindadas de combate para o transporte de seu efetivo durante operações de altíssimo risco, onde o confronto é quase sempre inevitável. Nesse contexto, a aquisição se justifica diante da necessidade de manter o Comando de Operações Táticas devidamente equipado, e em condições de atender às demandas de apoio às unidades centrais e descentralizadas da Polícia Federal, durante incursões e abordagens em locais onde o risco seja muito elevado, aumentando a segurança do grupo e preservando, conseqüentemente, a integridade dos policiais.
  4. Da mesma forma, devido ao seu papel de protagonista na atuação de Contra-Terrorismo e crises envolvendo reféns, o Comando de Operações Táticas - COT precisará de viaturas especiais, como as especificadas neste Termo, para o enfretamento desse tipo de situação. Referidos veículos tem ainda a capacidade de garantir a atuação dos operadores quando, para o cumprimento dessas missões, for necessário transpor locais de difícil acesso como aeronaves, edifícios, muros etc., permitindo uma resposta rápida das equipes táticas encarregadas.
  5. O quantitativo de veículos blindados de combate que se pretende adquirir foi dimensionado levando-se em conta as necessidades específicas desta Coordenação do Comando de Operações Táticas no desempenho das missões de alto risco que realiza. Nesse contexto, considerando sua atribuição exclusiva de reprimir atos ilícitos contra a aviação civil, mormente nos casos de crises com reféns a bordo de aeronaves, faz-se necessário a disponibilização de viaturas devidamente equipadas para esse tipo de atividade. Sabe-se que em situações dessa natureza, a compressão de tempo é fator primordial que influi diretamente no resultado do evento crítico. Sendo assim, tomou-se como base os três maiores aeroportos internacionais, São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, os quais, pelo fluxo de passageiros, possuem um risco mais elevado desse tipo de ocorrência, para o posicionamento desses veículos em condição de pronto emprego durante os grandes eventos já agendados para os próximos anos em nosso país.
  6. Por outro lado, a capacidade de transporte de tropa (dez em cada veículo) também foi considerada, visando a atender as necessidades específicas das missões de incursão em áreas de altíssimo risco realizadas por esta Coordenação, ocasiões em que se emprega um número mínimo de 30 (trinta) operadores, promovendo a devida segurança aos policiais que realizam essa atividade.
  7. As especificações constantes deste Termo de Referência constituem as condições mínimas para que os fornecedores apresentem seus veículos e participem do certame.
  8. Por todo o exposto, torna-se imprescindível a aquisição das viaturas blindadas de combate, objeto deste Termo de Referência, haja vista que preservará a integridade física de todos os envolvidos durante as operações policiais em que o Comando de Operações Táticas participa, gerando uma economia ao Estado e mais segurança para a sociedade.

1. **CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**
   1. Os bens objeto desta contratação se enquadram nas disposições do parágrafo único, Art. 1º, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que considera bens comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.
2. **DA NECESSIDADE DE LICITAÇÃO INTERNACIONAL**
   1. Tem-se verificado que a atividade fim do Comando de Operações Táticas exige uma série de equipamentos especiais que em sua quase totalidade são produzidos fora do território nacional.
   2. Verifica-se, da mesma forma, que o equipamento objeto do referido termo não é atualmente produzido pela indústria nacional.
   3. Na maioria dos casos, as aquisições de produtos importados são feitas por intermédio de empresas nacionais, que ao comercializar o produto, acabam majorando os seus preços, ou em face da tributação que recai sobre o produto importado, ou em decorrência do lucro que visa à sociedade empresarial.
   4. Constata-se neste caso a necessidade de otimização dos recursos financeiros, objetivando a aquisição de bens e produtos de qualidade, com um custo menor.
   5. Isto é possível por intermédio da licitação internacional, em que a administração irá adquirir o produto diretamente do fabricante estrangeiro, resultando em uma economia para o erário público.
   6. A adoção da licitação internacional trará uma série de vantagens, podendo citar:
      1. a possibilidade de adquirir equipamento com tecnologia mais avançada;
      2. redução do valor do bem a ser adquirido diretamente do exterior, excluindo a margem de lucro de empresas importadoras;
      3. a não incidência de impostos que seriam pagos pela empresa importadora visando à nacionalização do produto, o que pode representar uma economia de no mínimo 50% (cinquenta por cento);
3. **MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO**
   1. O fornecimento será efetuado **em remessa única**, com prazo de entrega não superior a **180 (cento e oitenta) dias**, contados a partir da assinatura do instrumento de contrato.
      1. Não será permitida a prorrogação de prazo, devendo a CONTRATADA observar rigorosamente os prazos estipulados acima, salvo em caso de força maior, devidamente comprovada e conforme aceite da CONTRATANTE.
      2. Caso a CONTRATADA não cumpra o prazo estipulado, injustificadamente, sofrerá as sanções previstas na Lei nº 8.666/1993, sem prejuízo das estabelecidas neste Termo de Referência;
   2. Os bens deverão ser novos, de primeiro uso, com ano de fabricação da data da entrega, entregues em perfeitas condições de uso e funcionamento, conforme proposta apresentada e especificações técnicas exigidas;
   3. A Contratada deverá apresentar, quando do fornecimento:
      1. Atestado, emitido pelo fabricante das especificações técnicas dos leds, que comprove que o produto utilizado na montagem do sistema visual se enquadra na presente especificação;
      2. Laudo emitido por entidade competente, que comprove que o sinalizador luminoso a ser fornecido atende as normas SAE J575 e SAE J595 (Rev. JAN 2005), da SAE - *Society of Automotive Engineers,* no que se refere aos ensaios contra vibração, umidade, poeira, corrosão, deformação e fotometria classe 01.
   4. Os objetos deverão ser entregues na Divisão de Serviços Gerais/COAD/DLOG/DPF, localizado no Setor de Áreas Isoladas Sul, quadra 07, Setor Policial Sul, Brasília/DF, de segunda à sexta-feira, no horário das 09h às 17h, sendo obrigatório o agendamento prévio feito 72 horas da entrega, por intermédio dos telefones (61) 2024.9196 e (61) 2024.9200;
4. **APRESENTAÇÃO DE PROTÓTIPO**
   1. A fim de verificar o atendimento aos requisitos técnicos definidos no presente Termo de Referência, a Administração poderá solicitar a apresentação formal de protótipo do veículo, com os respectivos acessórios e equipamentos, devidamente instalados, conforme estabelecidos nas especificações técnicas anexas.
      1. A referida apresentação se solicitada deverá ocorrer, na fábrica ou na empresa implementadora ou adaptadora no prazo máximo de **até 90 (noventa) dias corridos**, contados da assinatura do contrato. Sendo esta apresentação feita à equipe técnica designada por portaria pelo Departamento de Polícia Federal;
      2. Serão observados, pela equipe avaliadora do protótipo, os seguintes critérios objetivos:
         1. Atendimento às características do objeto; instalação dos equipamentos e acessórios que deverão compor o veículo; perfeito funcionamento do sistema elétrico, de extinção de incêndio para pneus e motor, de escada e plataforma tática, detector de disparos, além dos equipamentos de comunicação e sinalizadores acústico/visual;
      3. As alterações eventualmente indicadas no protótipo deverão ser corrigidas em **até 20 (vinte) dias úteis**, após comunicação oficial ao fornecedor, e suas melhorias encampadas no lote de bens destinados à entrega final;
      4. O protótipo será computado no quantitativo a ser adquirido, desde que atenda exatamente às especificações requeridas.
5. **AVALIAÇÃO DO CUSTO**
   1. O valor **total** máximo que a Administração se propõe a pagar é de **R$ 3.000.000,00 (três milhões)**, ou seja, **R$ 1.000.000,00 (um milhão)** por unidade.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **DESCRIÇÃO** | **Qtde** | **Valor Unitário Médio** | **Valor Total Médio** |
| **1** | **VEÍCULO BLINDADO DE COMBATE, COM PLATAFORMA DE ABORDAGEM** | **3** | **R$ 1.000.000,00** | **R$ 3.000000,00** |

* 1. O custo estimado foi apurado a partir de mapa de preços constante do processo administrativo, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas.

1. **RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**
   1. Os bens serão recebidos por comissão designada pelo Departamento de Polícia Federal, mediante portaria, com o objetivo de verificar sua conformidade com as especificações técnicas constantes neste termo de referência e seus anexos, e será realizado:
2. **Provisoriamente**, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta.
3. **Definitivamente**, após a verificação da conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta, e sua conseqüente aceitação, que se dará até **20 (vinte) dias** do recebimento provisório.
   1. A aceitação será formalizada mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo, assinado pela comissão designada;
      1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem **“b”** não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
   2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.
4. **GARANTIA**
   1. **Veículo:**
      1. Garantia do fabricante de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses, incluindo todas as revisões obrigatórias previstas pelo manual do fabricante.
   2. **Conjuntos sinalizador acústico:**
      1. Garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses, incluindo peças e mão-de-obra.
   3. **Pintura:**
      1. Garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses nas avarias de pintura original da carroceria do veiculo, provenientes de defeito na pintura e verniz da carroceria de origem, prazos estes contados a partir da data da venda, registrada na nota fiscal.
   4. **Garantia antiperfuração:**
      1. Garantia mínima de 12 (doze) anos contra a perfuração (devida a corrosão do interior para o exterior da carroceria).
   5. **Garantia de peças e reposição:**
      1. No mínimo 10 (dez) anos de peças originais, adquiridas e instaladas sem limite de quilometragem, a partir da data de venda registrada na nota fiscal.
   6. **Vidros:**
      1. Garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses contra delaminação.
   7. **Blindagem:**
      1. Garantia mínima de 60 (sessenta) meses da blindagem da carroceria contra eficiência balística e corrosão.
   8. **Motor**
      1. Garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses.
   9. **Câmbio:**
      1. Garantia mínima de 60 (sessenta) meses.
   10. **Assistência Técnica:**
       1. Garantia de Assistência Técnica em rede autorizada em Brasília e continuidade de Suporte Logístico por um período de no mínimo 15 (quinze) anos.
5. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**
   1. Sem prejuízo das demais exigências para fins de habilitação a serem descritas no edital, para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, a licitante deverá apresentar:
      1. Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público, declarando ter a empresa licitante tenha fornecido o objeto, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto do termo de referência;
         1. Com a finalidade de tornar objetivo o julgamento da documentação de qualificação técnica, considera-se compatível o atestado que expressamente certifique que a licitante já forneceu **pelo menos 1 (uma) unidade** do objeto deste Termo de Referência;
            1. Conforme entendimento do TCU, os atestados exigidos a título de qualificação técnica devem limitar-se à 50% do objeto a ser contratado, sob pena de restringir o caráter competitivo do certame.
   2. A exigência do atestado de capacidade técnica justifica-se pelas especificidades do objeto, principalmente por se tratar de aquisição com peculiaridades para o atendimento ao serviço de segurança pública, assim a exigência de 1 (uma) unidade, é um quantitativo razoável para comprovar se a empresa tem condições de fornecer o objeto pretendido.
   3. A licitante vencedora deverá apresentar por ocasião da análise do veículo protótipo, os seguintes documentos:
      1. Atestado, emitido pelo fabricante das especificações técnicas dos leds, que comprove que o produto utilizado na montagem do sistema visual se enquadra na presente especificação;
      2. Laudo emitido por entidade competente, que comprove que o sinalizador luminoso a ser fornecido atende as normas SAE J575 e SAE J595 (Rev. JAN 2005), da SAE - *Society of Automotive Engineers,* no que se refere aos ensaios contra vibração, umidade, poeira, corrosão, deformação e fotometria classe 01.
6. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
   1. A Contratada obriga-se a:
      1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;
         1. Os bens devem estar acompanhados, ainda, do manual do usuário e de operação, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, obrigatoriamente localizada na cidade de Brasília/DF;
      2. Colocar à disposição do Departamento de Polícia Federal os meios necessários à comprovação da qualidade do objeto, permitindo a verificação das especificações em conformidade com o descrito no Anexo I-A, deste Termo de Referência;
      3. Responsabilizar-se pela garantia do objeto, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste Termo de Referência;
      4. Disponibilizar treinamentos tático-operacional e de dirigibilidade do veículo para no mínimo 4 (quatro) integrantes do Comando de Operações Táticas do Departamento de Polícia Federal;
      5. Declarar detalhadamente a garantia dos seguintes itens que compõem o objeto, cujo prazo não poderá ser inferior a **24 meses** (veículo e conjuntos sinalizador acústico), **36 meses** (pintura, vidros e motor), **60 meses** (câmbio e blindagem), **12 anos** (antiperfuração) e **10 anos** (peças e reposição);
      6. Apresentar atestado, emitido pelo fabricante das especificações técnicas dos leds, que comprove que o produto utilizado na montagem do sistema visual se enquadra na presente especificação;
      7. Apresentar laudo emitido por entidade competente que comprove que o sinalizador luminoso a ser fornecido atende as normas SAE J575 e SAE J595 (Rev. JAN 2005), da SAE - *Society of Automotive Engineers,* no que se refere aos ensaios contra vibração, umidade, poeira, corrosão, deformação e fotometria classe 01.
      8. Garantir a melhor qualidade dos objetos, atendidas as especificações exigidas neste Termo de Referência;
      9. Manter durante a vigência contratual informações atualizadas quanto ao endereço, razão social e contatos;
      10. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização pelo CONTRATANTE, não eximirá a CONTRATADA da total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas;
      11. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
          1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis***,* o produto com avarias ou defeitos;
      12. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
      13. Comunicar à Administração, no prazo **máximo de 24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação e conforme aceite da Contratada;
      14. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
      15. Respeitar as normas e procedimentos de controle de acesso às dependências da Contratante;
      16. Manter os seus empregados identificados por crachá quando do fornecimento dos objetos à Contratante, ou no caso de eventuais serviços de reparos;
      17. Responder por quaisquer danos causados diretamente aos materiais ou a outros bens de propriedade da Contratante, quando estes tenham sido ocasionados por seus funcionários durante sua entrega;
      18. Arcar com a despesa decorrente de qualquer infração, desde que praticada por seus empregados nas dependências da Contratante;
      19. Comunicar à Contratante, qualquer anormalidade de caráter urgente referente ao fornecimento do objeto;
      20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
      21. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
      22. Assegurar a oferta de componentes e peças de reposição enquanto não cessar a fabricação ou importação do produto e/ou material. Cessadas a produção ou importação, a oferta deverá ser mantida por período razoável de tempo, na forma da lei;
      23. O fabricante é o responsável pela produção do bem, de acordo com as características estabelecidas no presente Termo de Referência, bem como todas as exigências técnicas e de segurança definidas pelas respectivas entidades competentes;
      24. O processo de fabricação, embora seja da escolha do fabricante, condicionado pela natureza dos equipamentos disponíveis, deve assegurar a conformidade com os requisitos deste Edital e seus anexos, sem prejuízo das demais normas técnicas e de segurança atinentes ao objeto em tela;
      25. Retirar das dependências do Contratante, os objetos porventura impugnados pela fiscalização, sendo expressamente proibido manter quaisquer materiais que não satisfaçam as especificações, devendo ser retirados no prazo máximo de **até 20 (vinte) dias corridos**, contados a partir da comunicação realizada pelo Contratante.
      26. Proceder à inscrição dos veículos no Registro Nacional de Veículos Automotores (RENAVAM), bem como entregar Certificado de Adequação a Legislação de Trânsito (CAT) – nos termos na Portaria 190/2009 do DENATRAN.
      27. Entregar os veículos emplacados, com CRV expedido pelo DETRAN do respectivo Estado de entrega em acordo com o disposto no art. 116 da Lei nº 9.503/97 do CTB.
7. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**
   1. A Contratante obriga-se a:
      1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;
      2. Prestar todas as informações e esclarecimentos atinentes ao objeto, que forem solicitadas pela CONTRATADA;
      3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
      4. Rejeitar todo e qualquer objeto que estiver fora das especificações, solicitando expressamente sua substituição, que deverá ser realizada em até **20 (vinte) dias úteis**, contados a partir da notificação;
      5. Assegurar o acesso dos técnicos da CONTRATADA nas dependências do Departamento de Polícia Federal, para efetuar as substituições ou reparos dos objetos, desde que seja informada com antecedência e que os técnicos estejam devidamente identificados;
      6. Comunicar à Contratada qualquer falha e/ou irregularidade no fornecimento do objeto.
      7. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
      8. Efetuar o pagamento no prazo previsto.
8. **MEDIDAS ACAUTELADORAS**
   1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.
9. **CONTROLE DA EXECUÇÃO**
   1. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração designado, conforme preceitua o art. 67 da Lei nº 8.666/93, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.
      1. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.
   2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
   3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
10. **DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
    1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005, a Contratada que, no decorrer da contratação:
       1. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;
       2. Apresentar documentação falsa;
       3. Comportar-se de modo inidôneo;
       4. Cometer fraude fiscal;
       5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital ou no Contrato.
    2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
11. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
12. Multa:
    1. Moratória de **até 0,2 %** (zero vírgula dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;
    2. Moratória de **até 0,4%** (zero vírgula quatro décimos por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30° (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;
    3. Compensatória de **até 10%** (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.
13. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o **Departamento de Polícia Federal**, pelo prazo de até dois anos;
14. Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
15. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;
    * 1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
    1. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
       1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
       2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
       3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
    2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
    3. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
    4. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
       1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
    5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
    6. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
    7. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da licitação estão previstas no Edital.

Brasília, 2 de dezembro de 2013.

**ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

1. **Descrição:**
   1. Veículo blindado de combate, com plataforma de abordagem.
2. **Características Gerais**
   1. Veículo especial de médio porte, tipo viatura blindada, com tração mínima 4x4, potência mínima de 210 hp, com capacidade para 10 (dez) policiais do Comando de Operações Táticas, devidamente equipados.
   2. O combustível utilizado deverá ser diesel. Deverá ainda possuir ar condicionado com sistema de refrigeração, ventilação e exaustão forçada que não prejudique o desempenho do motor do veículo, quando ligado (durante o deslocamento do veículo e quando parado).
   3. O para-choque traseiro deverá ser reforçado e possuir degrau para acesso fácil ao habitáculo. O para-choque dianteiro será reforçado, e ainda deverá ter lâmina especial reforçada com função de “limpa trilho” para desobstrução de vias, com altura regulável de duas posições (fixo ou móvel), com habilidade de regular altura pelo console central.
   4. A área externa do veículo deverá ser blindada, ou seja, laterais, frente, traseira, piso, teto, portas e áreas envidraçadas, que deverão resistir sem transfixação a projétil correspondente a proteção balística mínima nível III (7,62 mm x 51), de acordo com a Norma NIJ (National Institute of Justice).
   5. O veículo deve ser construído sobre quadro de chassis ou monobloco, que exerça baixa pressão sobre o solo e alta mobilidade também fora de estrada, com no mínimo 03 (três) portas, sendo 02 (duas) nas laterais (direita e esquerda) e 01 (uma) porta na parte traseira. As portas laterais, para o motorista e para o Comandante, e as portas traseiras, que dão acesso ao salão da viatura, terão abertura de no mínimo 90º graus (noventa graus), deslocando para lateral. A porta traseira terá duas partes. Devera possuir uma escotilha giratória (que permita bom espaço para utilização do agente equipado e armado) – 360 graus – no teto (onde o piso deve elevar para o acesso a escotilha).
   6. Gancho para reboque padrão NATO, com tomadas elétricas e pneumáticas.
   7. O veículo deverá possuir uma área envidraçada com seteiras, para facilitar o emprego operacional.
   8. Mecânica que possibilite desenvolver deslocamento e velocidades nas vias urbanas (inclusive vias urbanas estreitas), e em rodovias (via rural pavimentada) e estrada (via rural não pavimentada).
   9. O veículo deve atender à Norma SAE J575 no que se refere aos ensaios de vibração, umidade, poeira, corrosão e deformação e à norma SAE J595 REVISED, no que se refere aos ensaios de fotometria (*Society of Automotive Engineers*).
   10. Plataforma de assalto tático, conectada, operada e transportada pelo veículo blindado, que permita aos policiais ter acesso a locais elevados de no mínimo 5m, transpor muros de no mínimo 3m e, ainda, permitir que seja utilizada para posicionamento de atiradores de precisão em locais elevados, caso haja a necessidade, acessar as portas de todos os modelos de aviões comerciais, suporte a permanência de no mínimo 10 (dez) policiais sobre sua estrutura. Deve possuir ainda, sistema de câmeras, faróis e posicionamento de escudos balísticos em sua estrutura.
   11. Veículo zero Km, com modelo no mínimo correspondente à data da nota fiscal e da linha de produção comercial.
3. **Características Específicas**
   1. **Cor:**
4. Padrão cinza fosco, sendo que este será definido em até 02 (dois) meses antes da entrega do produto final. Aplicações do emblema do COT na cor preta nas laterais do veículo e sobre o teto.
   1. **Grafismo:**
      * 1. O grafismo das viaturas deverá ser realizado de acordo com o padrão da Polícia Federal, devendo ser adaptado considerando as necessidades de baixa luminosidade. O Padrão será definido em até 02 (dois) meses antes da entrega do produto final.
   2. **Motorização Mínima:**
      * 1. Potência mínima de 210 hp (150KW)**;**
        2. Cilindros: mínimo 4 (quatro), em linha e 4 (quatro) tempos, injeção direta de alta pressão**,** turbinado e intercooler**;**
        3. Torque mínimo de 800 Nm;
        4. Alimentação: diesel, com injeção eletrônica;
        5. Emissões conforme PROCONVE P-7 (Euro V), o motor em linha, deverá ser eletrônico de baixo consumo de combustível, baixas emissões e baixo nível de ruído.
   3. **Perfomance:**
      1. Autonomia em terreno com condições normais a 90 km/h: mínimo de 800 km;
      2. Capaz de atravessar locais alagados: mínimo de 1000 mm;
      3. Superação de obstáculos (vertical): mínimo de 400 mm;
      4. Superação de trincheiras (horizontal): mínimo de 900 mm;
      5. Rampa: mínimo de 60%;
      6. Encostas: mínimo de 40%;
      7. Fator da força de tração: mínimo de 9 (nove) Toneladas;
      8. Velocidade final: mínimo de 100 km/h;
      9. Raio de giro máximo 16,0 m;
      10. Tanque de combustível com capacidade mínima de 160 litros.
   4. **Marchas/Transmissão:**
      1. Transmissão automática com Conversor de torque e no mínimo seis (06) marchas à frente e 01 (uma) à ré;
      2. Controle eletropneumático para mudança de HS/LS;
      3. Tração 4x4 permanente;
      4. Divisão de torque entre eixos dianteiro e traseiro.
   5. **Suspensão:**
      1. Suspensão dianteira: Braços de suspensão com molas. Amortecedores telescópicos;

* Barra estabilizadora.
  + 1. Traseira: Braço de suspensão prolongado com mola. Amortecedores telescópicos;
* Barra estabilizadora.
  1. **Rodagem:**
     1. Pneus radiais de uso misto mínimo 13R22,5;
     2. Equipado com sistema blindagem run flat (sem pressão) ou similar;
     3. Equipado com sistema CTIS (Central tyre inflation system), comando da cabine;
     4. Roda sobressalente avulsa com CTIS e Run Flat;
  2. **Sistema de Freio:**
     1. Freio de serviço: Oleopneumático, com duas linhas independentes (traseira e dianteira). 4 freios a disco. Sistema Antibloqueio de Freio (ABS) Compressor de Ar (340 cm3);
     2. Freio de exaustão: Controlado pneumaticamente na caixa de transferência;
     3. Freio de subida: controle simultâneo do freio de estacionamento e dos freios de serviço (dianteiro e traseiro);
  3. **Sistema de Extinção de Incêndio para os Pneus e Motor:**
     1. O sistema deve incluir no mínimo:
        1. 4 recipientes;
        2. 20 bicos com tampas para o gás;
        3. Suportes especiais para os recipientes, bicos e mangueiras;
        4. Todos os equipamentos elétricos podem ser ativados pelo interior da cabine pelo motorista ou passageiro da frente.
  4. **Direção:**
     1. Direção hidráulica ou elétrica;
     2. Volante original de fábrica posicionado do lado esquerdo da cabine;
  5. **Sistema elétrico (mínimo exigido):**
     1. Alternador de 100 A;
     2. 02 baterias secas de 120 A;
     3. Luzes: faróis frontais, farol alto extra, luz de marcha ré, luz de neblina traseira, luzes laterais de estacionamento e luzes de direção;
     4. Interruptor elétrico do circuito principal;
     5. Compatibilidade eletromagnética: 72/245 2006/28;
     6. Instalação de luzes strobo nos faróis dianteiros e sinaleira traseira.
  6. **Dimensões:**
     1. Ângulo mínimo de entrada de 50 graus (carregado);
     2. Ângulo mínimo de saída 30 graus (carregado);
     3. Altura interna mínima do compartimento da tripulação de 1.300 mm;
     4. Distância entre eixos de aproximadamente 3800 mm;
     5. Largura máxima (sem a visão dos espelhos retrovisores) de 2,400 mm;
     6. Comprimento máximo (sem limpa trilhos) de 6.200 mm;
     7. Volume mínimo da cabine 10 m³;
     8. Altura mínima do solo (com carga): 550 mm;
     9. Altura mínima abaixo dos eixos: 300 mm;
     10. Altura máxima do veículo (sem acessórios): 2500 mm.
  7. **Forração interna do veículo:**
     1. Os bancos traseiros da tripulação deverão ser confeccionados em tecido reforçado (tipo lona), com reforço nas áreas de maior desgaste (abas laterais do encosto dos bancos),instalados nas laterais da viatura um de frente para outro, individualizado, com cinto de segurança de três pontos. Os bancos deverão ter proteção lateral de cabeça e os assentos deverão ser rebatíveis. Todos deverão der a inscrição COT bordada no encosto;
     2. Os dois bancos do compartimento dianteiro (banco do passageiro e banco do motorista) devem ser individuais, com encosto e assento com regulagem vertical e horizontal, ser anatômicos, ter encosto de cabeça, cinto de segurança retrátil de três pontas, além de ter a inscrição COT bordada no encosto;
     3. Piso revestido em material de alta resistência, antiderrapante, não absorvente e lavável, na cor preta;
     4. A construção interna do habitáculo do veículo, em hipótese alguma poderá possuir “cantos vivos”.
  8. **Portas:**
     1. Portas em material lavável e impermeável, na cor do acabamento interno do veículo, em número mínimo de 03 (cinco) portas, sendo 02 (quatro) laterais e uma com duas partes na traseira do veículo;
     2. As portas laterais deverão ser de acionamento eletro pneumático e mecânico com tranca e chaves nas portas do motorista e do comandante;
     3. As portas deverão ter abertura de no mínimo 70º graus (setenta graus) e possuir alça pega-mão na parte interna e externa do veículo;
     4. Deverá ser colocada uma escada retrátil ou elevação para acesso ao habitáculo interno do veículo pela porta traseira.
  9. **Habitáculo/Compartimento blindado:**
     1. A carroceria blindada deverá ser fabricada com chapas de aço de elevada dureza, alta resistência balística e alta tenacidade, formando uma estrutura monobloco que protege a guarnição (tripulação) contra granadas, minas e outros dispositivos explosivos de efeito antipessoal, detonados sob qualquer parte da viatura, além de proteção contra fragmentos de projéteis de artilharia e coquetéis “molotov”;
     2. A viatura deverá oferecer proteção balística contra projéteis calibre 7.62x51mm, de acordo com a norma NIJ 0108.01 nível III e conforme NBR 15000;
     3. A carroceria blindada deverá possuir no mínimo 10 (dez) seteiras, assim distribuídas: 02 (duas) na porta traseira, 02 nas portas laterais, 06 (seis) nas laterais direita e esquerda. As seteiras deverão possuir abertura de no mínimo 100 mm, com tolerância de 5 mm.
  10. **Cabine:**
      1. Estrutura de aço blindada;
      2. Proteção de motor blindada;
      3. 02 lugares voltados para frente;
      4. 08 lugares na parte traseira (sendo 04 + 04 passageiros frente a frente);
      5. Assentos do condutor e do passageiro ajustáveis, cada um com cinto de segurança de 03 pontos e apoio de cabeça;
  11. **Equipamentos da cabine (mínimo):**
      1. Lâmpadas de teto;
      2. Alças de Segurança;
      3. Painel de instrumentos reforçado, com:
* Ar condicionado;
* Controles no console central: para bloqueios do diferencial, caixa de transferência e caixa de mudança HS/LS;
* Visor eletrônico com exibição digital: odômetro em km, contador reverso mostrando a faixa de condução econômica, combustível, pressão do ar, temperatura da água do motor e pressão do óleo;
* Lâmpadas de aviso e de função;
* Interruptor de ignição do motor;
* Uma tomada elétrica de 12 Volts + uma tomada elétrica de 24 Volts;
* 02 tomadas de diagnóstico;
* Extintor de incêndio de 2 Kg;
* Intercom System – sistema de comunicação inside/outside;
* 200 W Sirene / PA System;
* Câmera de ré a cores (tendo a função de ficar operacional/ligada em tempo integral);
* Câmera automática (Pan & Tilt) com imagens termais 26x Colorida & 2x Termal – com 3 (três) monitores;
  1. **Externos do veículo:**
     1. A viatura deverá possuir à frente do pára-choque um dispositivo maciço em chapa de aço de alta dureza e resistência, para desobstrução nas vias, que permite a remoção de obstáculo e veículos, em forma de cunha, com duas posições (500 mm na baixa e 800 mm na alta) se for do tipo encaixe;
     2. Deverá possuir gancho para reboque com capacidade de arrasto mínima de 5,0 toneladas a ser instalado na parte traseira do veículo;
     3. Instalar grades removíveis nos seguintes itens: vidros, faróis dianteiros, sinaleira traseira e no sinalizador acústico visual;
     4. Sobre o teto o veículo deverá possuir uma escotilha, com o mínimo de 600 mm de abertura. A escotilha deverá possuir movimento rotatório que permita ao observador ou atirador sniper um campo de visão de 360°. A escotilha com mesmo aço balístico e em forma circular, com sistema de mola gás para facilitar a abertura;
     5. Proteção anti fragmentos na parte inferior do motor e de modo que não afete o seu desempenho, e manta em chicotes e mangueiras do chassi, que protejam contra ataques de coquetéis molotov e similares;
     6. Na traseira do veículo terá um degrau para embarque fixo, feito com material anti derrapante;
     7. Tomada de estacionamento para conectar o sistema de 28 VCC do veículo a uma instalação ou a outro veículo. Tem como meta recarregar as baterias e dar partida em veículos (no caso de reparos). Com as seguintes características principais:
* À prova d'água: IP67;
* Corrente Nominal: 300A / Corrente máxima: 1000A / Tensão: 28 v;
* Padrão OTAN (STANAG 4074).
  + 1. Barra de choque traseira**:** A barra de choque traseira impede que um veículo em colisão entre sob a traseira;
    2. Sistema de encaixes de escada hidráulica, tipo rampa para acesso a locais elevados;
  1. **Vidros:**
     1. Todos os vidros devem atender a mesma norma de resistência do aço, NIJ 0108.01 nível III, que por sua vez são planos, transparentes com visibilidade que obedeça às normas de trânsito vigente no Brasil. Pára-brisa dianteiro do tipo bi-partido. Os vidros deverão ser montados com exclusivo sistema de caixilhos que garantem perfeita vedação, segurança e ainda permitir a sua troca com facilidade e rapidez;
     2. A viatura deverá possuir 12 (doze) vidros blindados, 02 (dois) no pára-brisas bi-partido, 02 (dois) nas portas laterais para motorista e passageiro; 02 (dois) na porta traseira, 06 (seis) distribuídos nas duas laterais sobre as seteiras.
  2. **Iluminações internas:**
     1. As luminárias serão instaladas no teto e terão proteção em acrílico de fácil manutenção;
     2. O acionamento será pelo painel do motorista e também em um comando central de acesso pela tripulação.
  3. **Equipamentos obrigatórios e acessórios:**
     1. Equipamentos obrigatórios de fábrica (pneu com roda estepe, triângulo, chave de roda, extintor de incêndio, cintos de segurança);
     2. Cintos de segurança retrátil nos bancos dianteiros e nos assentos da tripulação com sistema de três pontos;
     3. Todos os comandos internos deverão estar no idioma português (Brasil);
     4. Retrovisores externos do lado esquerdo e direito com controle interno elétrico, também protegidos por material anti-balístico;
     5. Deverá possuir 04 (quatro) tomadas 12 Vcc, tipo acendedor de cigarros, com fusível compatível para o uso do farol de manejo ou telefone celular, assim distribuídas: 01 (uma) no painel do veículo e as demais distribuídas na cabine traseira;
     6. Deverá possuir tomadas de 24 VCC;
     7. Trava de segurança interna para todas as portas;
     8. Equipado com um console, para instalação dos rádios AM / FM e rádio VHF/UHF e módulo de acionamento do sinalizador acústico visual;
     9. Instalação de luzes estroboscópicas nos faróis dianteiros e faroletes traseiros tipo led's de alta potência;
     10. Iluminação nas portas dianteiras e traseiras;
     11. Pega mão no teto para auxilio a tripulação;
     12. Deverá possuir um farol de manejo extra com cabo de no mínimo 15 metros;
     13. O veículo deverá possuir TV tipo monitor LCD (automotivo) de 15', rebatível, instalado próximo ao banco do passageiro, este deverá captar imagens da câmera de 360° e sinal VHF / UHF, digitais e analógicos.
     14. Sistema de gravação da câmera de 360° com autonomia de no mínimo 24 horas com memória cartão SD ou similar.
     15. Veículo deverá possuir rádio VHF/UHF, com sistema compatível com o da Polícia Federal;
     16. Deverá possuir rádio AM / FM com entrada USB;
     17. Deverá possuir um monitor de 7', para gerenciar imagens da câmera de ré;
     18. Equipado com ar condicionado de teto com medição de temperatura interna e externa, com saídas de ar direcionadas para os ocupantes dianteiros bem como para o salão de passageiros. Com capacidade global mínima de 25000 BTU;
     19. O ar condicionado deverá possuir renovação de ar externo;
     20. Equipado com câmera traseira para facilitar manobras;
     21. A viatura deverá possuir uma câmera (dia/noite) instalada no teto com giro de 360°, alcance mínimo de 60 m, com autonomia para gravação de no mínimo 24 horas. Esta câmera deve ser resistente e fabricada para suportar as condições do serviço operacional;
     22. A viatura deverá ser equipada com um carregador de bateria;
     23. As antenas necessárias para o uso dos rádios deverão estar instaladas;
     24. Os veículos deverão vir equipados com sistema de extinção de fogo para o motor e pneus;
     25. Equipamento de navegação e localização GPS, resistente à água, de alta qualidade e de última geração.
  4. **Equipamento de comunicação:**
     1. Os rádios deverão ter as especificações necessárias e compatíveis com o sistema operado pela Polícia Federal (TETRAPOL);
     2. Os equipamentos não poderão gerar ruídos eletromagnéticos ou qualquer outra forma de sinal, que interfira na recepção dos transceptores (rádios), dentro da faixa de frequência utilizada pela Polícia Federal.
  5. **Equipamentos de sinalização acústico/visual:**
     1. Sinalizador Visual;
     2. Barra sinalizadora em formato de arco ou similar, com módulo único e lente inteiriça, com comprimento entre 1.000 mm e 1.300 mm, largura entre 250 mm e 500 mm e altura entre 70 mm e 110 mm. Instalada no teto do veículo;
     3. Barra dotada de base construída em ABS (reforçada com perfil de alumínio extrudado) ou perfil de alumínio extrudado na cor preta, cúpula, injetada em policarbonato na cor CRISTAL, resistente a impactos, descoloração e com tratamento UV;
     4. Cada LED deverá obedecer as especificações a seguir descritas:
* Cor predominante: Vermelho, com comprimento de 610 a 630 nm;
* Intensidade luminosa de cada Led de no mínimo 122 Lumens típico;
* Categoria dos LEDs: AlInGaP;
* Cor predominante: Cristal, com temperatura de cor de 6500ºK típico;
* Intensidade luminosa de cada Led Cristal de no mínimo 180 Lumens típico;
* Categoria dos LEDs Cristal: InGaN;
* Dois dos refletores citados acima, localizados um em cada uma das laterais do sinalizador, deverão possuir seus leds na cor CRISTAL, funcionando como “Luz de Beco” com interruptores próprios no módulo de controle. Os Leds Cristais deverão possuir as especificações já descritas neste item;
  + 1. O sinalizador visual deverá ser comandado por módulo de controle único, dotado de micro processador ou micro controlador, que permita a geração de lampejos luminosos de 25 ms a 2 seg;
    2. O circuito eletrônico deverá gerenciar a corrente elétrica aplicada nos Leds devendo garantir também a intensidade luminosa dos Leds, mesmo que o veiculo esteja desligado ou em baixa rotação, garantindo assim a eficiência luminosa e a vida útil dos Leds. O consumo da barra nas funções usuais deverá ser em torno de 07A e o máximo (com todas as funções possíveis ligadas) não deverá ultrapassar 12A;
    3. O módulo de controle deverá possuir capacidade de geração de efeitos luminosos que caracterizem o veículo parado e em deslocamento em situação de emergência e até mais 05 outros padrões de "flashs" distintos ou outras funções de iluminação a serem definidos / utilizados no futuro, sem custos adicionais, os quais deverão ser acionados separados ou simultaneamente no caso de se utilizar Leds e dispositivos de iluminação não intermitentes (luzes de beco);
    4. O sistema de controle dos sinalizadores visual e acústico deverá ser único, permitindo o funcionamento independente de ambos os sistemas. Os comandos do sistema deverão ser de alta resistência e fácil acionamento do operador, bem como, possuir opção de iluminação das teclas para facilitar visualização noturna e também permitir o desligamento da iluminação das teclas quando necessário. A identificação das teclas do controle deverá ser no idioma português para facilitar o manuseio do operador. Deverá ser instalado em local específico quando este for solicitado (console) ou no local originalmente destinado à instalação de rádio possibilitando sua operação por ambos os ocupantes da cabina;
    5. O equipamento deverá possuir sistema de gerenciamento de carga automático, gerenciando a carga da bateria quando o veiculo estiver com o motor desligado desligando o sinalizador se necessário, evitando assim o descarregamento excessivo da bateria e possíveis falhas no acionamento do motor;
    6. O sistema deverá possuir proteção contra inversão de polaridade, altas variações de tensão e transientes, devendo se desligar, preventivamente, quando a tensão exceder valores não propícios;
  1. **Acessórios:**
     1. **Detector de disparos composto por:**
* Antena acústica multiderecional com NavKit;
* Módulo PDA com Shotguard;
* Módulo de alimentação para o PDA;
* Módulo principal e demais cabos de conexão.



* + 1. **Sistema de escadas e plataforma tática:**
* O sistema deve possuir duas plataformas;
* Sobre a estrutura poderá ser adaptada uma escada reversível, rampa adicional ou outra forma de rampa para melhorar as capacidades do sistema para permitir a rapidez e facilidade de utilização de uma configuração tática qualquer;
* As 02 (duas) plataformas terão que estar ligadas com uma rampa com locais de adaptação de escudo balístico;
* O acesso será a partir da plataforma do teto do blindado com a plataforma de cobertura;
* O escudo balístico deve ter espaço rotacional de 360 graus para proteger os operadores quando da aproximação de um possível alvo;
  + 1. **O sistema deverá ser fixado ao veículo conforme situação a seguir:**
* O aparelho ser localizado no teto do Blindado com uma escada vertical na parte traseira do veículo para que o operador tenha acesso rápido à plataforma no teto;
* A escada reversível e as rampas devem ficar recolhidas para o deslocamento e transporte no teto do blindado. Entretanto deve possuir um sistema de desbloqueio simples que proporcione a extensão ou recolhimento do sistema de escada/plataforma de forma rápida;
* Cada plataforma articulada deve manter em segurança no mínimo dois operadores policiais;
* Deve possibilitar a transposição de obstáculos (muros, cercas, grades etc) com mais de três metros de altura;
* Deve possuir inclinação suficiente para elevar os operadores em até cinco metros de altura, de forma segura e eficiente, com o mínimo de balanço e desestabilização;
* O corrimão da escada/plataforma deve ser em forma de grade, de forma a encaixar e/ou utilizar com facilidade proteções balísticas móveis para proteção da equipe tática;
* O corrimão/grade lateral deverá ser removível, com sistemas de encaixe/bloqueio de uso simples;
* As grades devem ter rigidez suficiente para o deslocamento dos operadores com o veículo em movimento ou não para que possam se deslocar com segurança em cima do sistema escada/rampa;
* A escada rampa deverá ser telescópica, ou seja, de recolhimento uma dentro da outra para facilitar a sua compactação e a redução de tamanho, todas fixadas no teto do veículo;
* Na armação/desarmação do sistema escada/rampa, não pode haver choques ou atritos entre os componentes que desgastem ou dificultem o sistema de aumento ou recolhimento telescópico;
* A plataforma deverá possuir sistema de tração para aumento e recolhimento rápido, juntamente com aderência necessária para pisada, pressão e escora do sistema de rampas;
* Deverá ter um sistema hidráulico que permita operar e/ou articular o equipamento;
* Deverá ter, além do dispositivo interno de controle, um dispositivo remoto sem fio para operar o sistema escada/rampa em locais distantes do veículo;
* O equipamento deverá vir acoplado ao veículo, podendo ser removido e recolocado em outro veículo do mesmo tipo, com encaixes, adaptações e sistema de acionamento de forma simples e rápida;
* As escadas reversíveis deverão ser adaptadas para facilitar o assalto tático em portas, janelas ou qualquer elevado que requeira o seu uso;
* O sistema escada/rampa deve, como condição especial, se estender em altura suficiente para retomada em aviões comerciais com alcance de até oito metros, caso haja necessidade;
* Deve suportar uma carga de no mínimo uma tonelada, de forma a permitir que vários operadores possam agir de forma simultânea;
* O sistema escada/rampa não pode ter peso excessivo para não prejudicar o desempenho do blindado;
* Deve possuir um sistema de câmeras/videomonitoramento que permita uma visão preliminar do local a ser abordado, priorizando a segurança dos operadores em situação de extremo risco;
* O sistema de câmeras deverá vir acompanhado de monitor interno para visualização e análise da cena a ser abordada;
* O sistema deve possuir dois faróis de alta intensidade (mínimo 6000 lumens) ajustáveis e removíveis para serem utilizados em ambientes escuros, com penumbra ou que exijam uma iluminação suficiente que sirva como meio de distração e/ou incapacitação visual temporária do oponente;
* Deverá ser confeccionado com material resistente e leve (mais leve que o aço) para não sobrecarregar o veículo, não influenciar consideravelmente a dirigibilidade e/ou dificultar sua estabilidade.

| **ANEXO II - EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 44/2013** |
| --- |

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE que A licitante cumpre plenamente os requisitos de habilitação**

DECLARAÇÃO

Pregão Presencial Internacional nº 44/2013-COAD/DLOG/DPF

(Nome/Razão social/Designação) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ Nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(se cabível), por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador (a) da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.

..................................................................................................

(local e data)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  
(representante legal dA licitante, no âmbito da licitação, com identificação completa)

**ANEXO III - EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 44/2013**

**DECLARAÇÃO DE FATOS SUPERVENIENTES**

(NOME DA EMPRESA) , sediada (endereço completo) , declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, quanto às informações disponibilizadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores-SICAF ou fora dele, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_- UF, \_\_\_\_\_\_ de\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2013.

Assinatura

Nome do Declarante

Número da Identidade/Órgão Emissor

Número do CPF do Declarante

Função ocupada na Empresa

**ANEXO IV - DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 44/2013**

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

DECLARAÇÃO

................................., inscrito no CNPJ/MF n° .(se aplicável), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)...................................., portador(a) da Carteira de Identidade no............................ e do CPF no ........................., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1999, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

....................(local e data)....................

(assinatura autorizada, devidamente identificada)

| **ANEXO V - DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 44/2013** |
| --- |

**MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

DECLARAÇÃO

Pregão Presencial Internacional nº 44/2013-COAD/DLOG/DPF

(Nome/Razão social) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ Nº \_\_\_\_\_\_(se aplicável), por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador (a) da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, ser microempresas ou empresa de pequeno porte nos termos de legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no §4º do artigo 3º da lei Complementar nº 123/06.

..................................................................................................

(local e data)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  
(representante legal do licitante, no âmbito da licitação, com identificação completa)

| **ANEXO VI- DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 44/2013** |
| --- |

**MODELO DE DECLARAÇÃO de elaboração Independente de Proposta**

*(Identificação completa do representante da licitante)*, como representante devidamente constituído de *(Identificação completa da licitante)* doravante denominado *(Licitante)*, para fins do disposto no item 8.3.5 - f do Edital de Pregão Presencial nº xxx/2013-COAD/DLOG/DPF, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar da licitação em epígrafe foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar desta licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato deste certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial nº xxx/2013-COAD/DLOG/DPF quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar deste Pregão não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do DPF antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, em \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  
(representante legal do licitante, no âmbito da licitação, com identificação completa)

**ANEXO VII**

PROCESSO Nº **08200.002872/2013-91 – SERA/COAD**

CONTRATO Nº **\_\_\_/2013 – COAD/DLOG**

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, E A EMPRESA XXXX, OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE VEÍCULO BLINDADO DE COMBATE.

A União, por intermédio do Departamento de Polícia Federal, com Sede em Brasília/DF, instalado em seu Edifício Sede, no Setor de Autarquias Sul, Quadra 06, Lotes 09 e 10, inscrito no CNPJ sob o número 00.394.494/0014-50, órgão do Ministério da Justiça, neste ato representado por seu Ordenador de Despesas, **XXXXX**, nomeado pela Portaria nº **XXXX**, de **XX/XX/XXXX**, publicada em **XX/XX/XXXX**, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº **XXXX**, de **XX/XX/XXXX**, publicada em **XX/XX/XXXX**, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa **XXXX**, inscrita no CNPJ nº **XXXX**, com sede na **XXXX**, CEP **XXXX**, no Município de **XXXX**, denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor **XXXX**, portador da Cédula de Identidade nº **XXXX** e CPF nº **XXXX**, tendo em vista o que consta no Processo nº **XXXX**, e o resultado final do **Pregão Presencial Internacional n° XXXX/2013**, com fundamento pela Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto nº 6.204, de 05 de setembro de 2007, pela Lei Complementar nº. 123/2006, pela Instrução Normativa nº 02/2008-SLTI/MPOG e alterações dadas pelas Instruções Normativas nº 03/2009, 04/2009 e 05/2009-SLTI/MPOG, pelas Instruções Normativas nº 02/2009 e nº 01/2010, e pela Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

###### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

* 1. O contrato tem como objeto a Aquisição de 03 (três) veículos blindados de combate, novos, com plataforma de abordagem, por meio de Pregão Presencial Internacional do Tipo Menor Preço, conforme as especificações descritas no Termo de Referência e em seus anexos, visando atender às necessidades operacionais do Comando de Operações Táticas do Departamento de Polícia Federal, conforme especificações e quantidades estabelecidas abaixo.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO** | **UNIDADE DE MEDIDA** | **QUANTIDADE** |
| **1** | Veículos – Blindados de Combate | Unidade | **03** |

CLÁUSULA **SEGUNDA** – DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR **–**

**2.1** O edital do Pregão Presencial Internacional n.º 44/2013 - CPL/DICON/COAD, seus anexos, a proposta da CONTRATADA fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA **TERCEIRA** - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

* 1. A CONTRATADA obriga-se a:
     1. - Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;
        1. Os bens devem estar acompanhados, ainda, do manual do usuário e de operação, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, obrigatoriamente localizada na cidade de Brasília/DF;
     2. Colocar à disposição do Departamento de Polícia Federal os meios necessários à comprovação da qualidade do objeto, permitindo a verificação das especificações em conformidade com o descrito no Anexo I-A, deste Termo de Referência;
     3. Responsabilizar-se pela garantia do objeto, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste Termo de Referência;
     4. Disponibilizar treinamentos tático-operacional e de dirigibilidade do veículo para no mínimo 4 (quatro) integrantes do Comando de Operações Táticas do Departamento de Polícia Federal;
     5. Declarar detalhadamente a garantia dos seguintes itens que compõem o objeto, cujo prazo não poderá ser inferior a **24 meses** (veículo e conjuntos sinalizador acústico), **36 meses** (pintura, vidros e motor), **60 meses** (câmbio e blindagem), **12 anos** (antiperfuração) e **10 anos** (peças e reposição);
     6. Apresentar atestado, emitido pelo fabricante das especificações técnicas dos leds, que comprove que o produto utilizado na montagem do sistema visual se enquadra na presente especificação;
     7. Apresentar laudo emitido por entidade competente que comprove que o sinalizador luminoso a ser fornecido atende as normas SAE J575 e SAE J595 (Rev. JAN 2005), da SAE - *Society of Automotive Engineers,* no que se refere aos ensaios contra vibração, umidade, poeira, corrosão, deformação e fotometria classe 01.
     8. Garantir a melhor qualidade dos objetos, atendidas as especificações exigidas neste Termo de Referência;
     9. Manter durante a vigência contratual informações atualizadas quanto ao endereço, razão social e contatos;
     10. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização pelo CONTRATANTE, não eximirá a CONTRATADA da total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas;
     11. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
         1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis***,* o produto com avarias ou defeitos;
     12. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
     13. Comunicar à Administração, no prazo **máximo de 24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação e conforme aceite da Contratada;
     14. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
     15. Respeitar as normas e procedimentos de controle de acesso às dependências da Contratante;
     16. Manter os seus empregados identificados por crachá quando do fornecimento dos objetos à Contratante, ou no caso de eventuais serviços de reparos;
     17. Responder por quaisquer danos causados diretamente aos materiais ou a outros bens de propriedade da Contratante, quando estes tenham sido ocasionados por seus funcionários durante sua entrega;
     18. Arcar com a despesa decorrente de qualquer infração, desde que praticada por seus empregados nas dependências da Contratante;
     19. Comunicar à Contratante, qualquer anormalidade de caráter urgente referente ao fornecimento do objeto;
     20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
     21. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
     22. Assegurar a oferta de componentes e peças de reposição enquanto não cessar a fabricação ou importação do produto e/ou material. Cessadas a produção ou importação, a oferta deverá ser mantida por período razoável de tempo, na forma da lei;
     23. O fabricante é o responsável pela produção do bem, de acordo com as características estabelecidas no presente Termo de Referência, bem como todas as exigências técnicas e de segurança definidas pelas respectivas entidades competentes;
     24. O processo de fabricação, embora seja da escolha do fabricante, condicionado pela natureza dos equipamentos disponíveis, deve assegurar a conformidade com os requisitos deste Edital e seus anexos, sem prejuízo das demais normas técnicas e de segurança atinentes ao objeto em tela;
     25. Retirar das dependências do Contratante, os objetos porventura impugnados pela fiscalização, sendo expressamente proibido manter quaisquer materiais que não satisfaçam as especificações, devendo ser retirados no prazo máximo de **até 20 (vinte) dias corridos**, contados a partir da comunicação realizada pelo Contratante.
     26. Proceder à inscrição dos veículos no Registro Nacional de Veículos Automotores (RENAVAM), bem como entregar Certificado de Adequação a Legislação de Trânsito (CAT) – nos termos na Portaria 190/2009 do DENATRAN.
     27. Entregar os veículos emplacados, com CRV expedido pelo DETRAN do respectivo Estado de entrega em acordo com o disposto no art. 116 da Lei nº 9.503/97 do CTB.

CLÁUSULA **QUARTA** - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

* 1. A CONTRATANTE obriga-se a:
     1. Será responsabilidade do Departamento de Polícia Federal, representado pelos seus dirigentes e servidores prepostos ou representantes, receber os materiais e, quando atenderem ao objeto, aprová-los, liquidar o empenho e efetuar o pagamento da fatura da empresa vencedora do certame no prazo e forma estipulados no contrato.
     2. Efetuar o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento definitivo do objeto de contratação.
     3. Rejeitar os produtos cujas especificações não atendam, em quaisquer dos itens, aos requisitos mínimos constantes neste Edital e seus anexos.
     4. Proporcionar todas as facilidades necessárias ao recebimento dos veículos e dos equipamentos.
     5. Devolver o veículo que estiver fora da especificação do Edital, e solicitar sua substituição ou cancelamento se for o caso.
     6. Encaminhar o veículo, cuja garantia estiver vigente, para manutenção preventiva e corretiva somente às empresas ou pessoas credenciadas pela CONTRATADA.
     7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitado pela CONTRATADA com relação ao objeto desta licitação
     8. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado, anotando em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, sendo as decisões e providências ultrapassaram sua competência deverão ser solicitadas em tempo hábil para adoção das medidas convenientes
     9. Notificar a contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no fornecimento para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias
     10. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

CLÁUSULA **QUINTA** – DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

* 1. - Os bens serão recebidos:

**5.1.1 Provisoriamente**, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta do fornecedor;

* + 1. **Definitivamente**, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua conseqüente aceitação, que se dará até trinta dias do recebimento provisório.
  1. Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;
  2. Todo o recebimento do material será confiado à comissão designada pelo Departamento de Polícia Federal, mediante Portaria, conforme consta do item 7.1 do Termo de Referência (Anexo I);
  3. O órgão licitante poderá realizar diligências que julgar necessárias caso haja qualquer dúvida sobre a procedência e a qualidade dos bens a serem adquiridos;
  4. O prazo inicial para entrega dos veículos será de até **180 (cento e oitenta) dias corridos**, contados da assinatura do instrumento de contrato, sendo realizada em remessa única ao DPF permitida a entrega em lotes de automóveis de acordo com a disponibilidade do fornecedor.
  5. Neste prazo estão compreendidos: a elaboração e aprovação do projeto de blindagem e dos acessórios policiais, a execução dos serviços, a realização das inspeções, as emissões dos termos de conformidade e dos respectivos certificados, e a realização dos procedimentos de regularização dos veículos nos órgãos de trânsito correspondentes.
  6. Como esclarecido, a entrega deverá ser feita em remessa única.
  7. O prazo da garantia do veículo será de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, incluindo todas as revisões obrigatórias previstas no manual do fabricante; o prazo de garantia antiperfuração será de, no mínimo, 12 (doze) anos; enquanto que o prazo de garantia da blindagem será de 60 (sessenta) meses, conforme itens 9.1.1, 9.4.1 e 9.7.1 do Termo de Referência. (ANEXO I)
  8. Os demais prazos de garantia, de igual importância, seguirão os estabelecidos nos itens específicos do Termo de Referência.
  9. Os bens deverão ser entregues à comissão designada pelo Departamento de Polícia Federal, mediante portaria, conforme consta do item 8.1 do Termo de Referência;
  10. O(s) documento(s) fiscal(ais) deverá(ão) ser entregues aos fiscais do contrato, ou substitutos, que irá atestá-lo(s) quando comprovada a fiel e correta entrega dos bens e as encaminhará para a unidade competente para o pagamento;
  11. A presença da fiscalização do DPF não elide nem diminui a responsabilidade da empresa CONTRATADA;
  12. Caberá aos nomeados referidos no item 8.1 do Termo de referência (ANEXO I), bem como aos fiscais do contrato ou substitutos, rejeitar totalmente ou em parte qualquer produto que não esteja de acordo com as exigências, assim como determinar prazo máximo de 60 (sessenta) dias para substituição do material eventualmente fora de especificação, com defeito de fabricação ou vício de funcionamento;
  13. A licitante vencedora obriga-se a entregar os bens a que se refere o Termo de Referência (ANEXO I), de acordo, estritamente, com as especificações nele descritas, sendo de sua inteira responsabilidade a reposição do objeto, no todo ou em parte, em que for constatada pela Administração a desconformidade com as referidas especificações, mesmo que após o recebimento definitivo;
  14. O “check-list” deverá ser elaborado pela empresa em conjunto com o DSDE/DIREX, que aprovará esse documento;
  15. Após vistoria e verificação item por item do “check-list”, sendo constatada a especificação do objeto de acordo com o Termo de Referência e a Proposta do fornecedor (ANEXO I), um dos servidores, ou a comissão nomeada para receber os veículos, deverá expedir recibo, no próprio “check-list”, com seu nome, matrícula DPF e assinatura;
  16. Este recibo deverá ser recolhido pela CONTRATADA e entregue ao fiscal do contrato ou comissão, ou ser digitalizado e enviado para os endereços eletrônicos dessas partes;
  17. À medida que os recibos e as notas fiscais forem entregues aos fiscais do contrato, caso o tipo do empenho e o modelo de faturamento da empresa permita, este autorizará o pagamento na ordem respectiva;
  18. O recebimento pela CONTRATANTE não modifica, restringe ou elide a plena responsabilidade da CONTRATADA de entregar os materiais de acordo com as condições contidas no Edital e na proposta da CONTRATADA, nem invalida qualquer reclamação que o CONTRATANTE venha a fazer em virtude de posterior constatação de unidade defeituosa ou fora de especificação, garantida a faculdade de troca/reparação;
  19. Recebidos os objetos, se, a qualquer tempo, durante a sua utilização normal - dentro do prazo de garantia - vier a se constatar discrepância com as especificações, proceder-se-á a substituição/reparação por conta do fornecedor;
  20. Os objetos serão entregues de acordo com os quantitativos relacionados no contrato, podendo os seus prazos ser prorrogados, mediante solicitação justificada por escrito pela CONTRATADA, cujo juízo de aceitação é de livre arbítrio da Administração do DPF;
  21. Caso haja nova demanda, esta obedecerá ao mesmo prazo e condições de entrega, podendo, com a concordância de ambas as partes, ser definido outro critério, desde que seja mais vantajoso para a Administração. Nesse caso, o critério definido deverá estar consignado no contrato para o fornecimento da respectiva demanda;
  22. A Polícia Federal reserva-se ao direito de solicitar laudos técnicos comprobatórios do atendimento dos quesitos exigidos em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

CLÁUSULA **SEXTA** - DO VALOR DO CONTRATO

* 1. O valor do contrato é de R$ **XXXX** **(XXXX).**
     1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

CLÁUSULA **SÉTIMA** - DA GARANTIA

**7.1** Para a execução das obrigações assumidas, o DPF exigirá da empresa vencedora até 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato, prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do seu valor total, em uma das modalidades previstas no art. 56 da Lei nº 8.666/93, que será liberada ou restituída somente após o término da vigência contratual e desde que não haja pendências.

* + 1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
  1. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
     1. prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
     2. prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
     3. as multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA;
  2. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
  3. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.
  4. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
  5. A CONTRATANTE não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:
     1. caso fortuito ou força maior;
     2. alteração, sem prévia anuência da seguradora, das obrigações contratuais;
     3. descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos praticados pela CONTRATANTE;
     4. atos ilícitos dolosos praticados por servidores da CONTRATANTE.
  6. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste item.
  7. Será considerada extinta a garantia:
     1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;
     2. no prazo de 90 (noventa) após o término da vigência, caso a CONTRATANTE não comunique a ocorrência de sinistros.

CLÁUSULA **OITAVA** - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

* 1. O prazo de vigência da contratação será de **230 (duzentos e trinta) dias**, nestes considerados o prazo de entrega (até 180 dias), o prazo para o recebimento definitivo (até 20 dias) e o prazo para o pagamento (30 dias), **sem prejuízo dos prazos necessários para a cobertura da garantia e demais obrigações acessórias e remanescentes do contrato.**
     1. Caso o pagamento ocorra antes do prazo supramencionado (230 dias), será considerada como fim da vigência contratual a data do mesmo.
     2. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU n° 39, de 13/12/2011.

###### CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

* 1. O pagamento será creditado em nome do licitante vencedor, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas no Edital, após a entrega dos veículos, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data final do período de adimplemento, mediante apresentação, aceitação e atesto do gestor do contrato.
  2. A nota fiscal correspondente deverá ser entregue pelo licitante vencedor diretamente ao gestor do contrato, que somente atestará e liberará a referida nota fiscal para pagamento quando cumpridas todas as condições pactuadas.
  3. Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma será devolvida ao licitante vencedor e o pagamento ficará pendente até que ele providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Departamento de Polícia Federal.
  4. No caso de eventual atraso de pagamento, mediante pedido do licitante vencedor, o valor devido será atualizado financeiramente desde que ele não tenha concorrido de alguma forma. Para tanto, fica convencionado que o índice de compensação financeira seja calculado, mediante aplicação da seguinte fórmula:

|  |
| --- |
| **EM = I x N x VP** |

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

|  |  |
| --- | --- |
| **I =** | **(6 / 100)** |
| **365** |

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

* 1. A compensação financeira, no caso de atraso considerado, será incluída na nota fiscal/fatura seguinte ao da ocorrência.
  2. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive nas notas fiscais/fatura, serão restituídos ao licitante vencedor, para as correções solicitadas, não respondendo o DPF por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação do pagamento correspondente.
  3. O pagamento só será realizado após a comprovação de regularidade do licitante vencedor junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, por meio de consulta “on-line” feita pelo DPF.
  4. Constatada a situação de irregularidade junto ao SICAF, a licitante será notificada, por escrito, para que no prazo de 30 (trinta) dias regularize sua situação junto ao SICAF ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, sob pena de rescisão contratual.
  5. O prazo estipulado poderá ser prorrogado a critério da Administração.
  6. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas ao DPF, por meio de documento escrito, ficando sob inteira responsabilidade do licitante vencedor os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.
  7. O pagamento efetuado pela Polícia Federal não isenta o licitante vencedor de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

CLÁUSULA **DÉCIMA** – DO PREÇO

10.1 Os preços são fixos e irreajustáveis.

CLÁUSULA **ONZE** - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

* 1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

**Gestão/Unidade:**

**Fonte:**

**Programa de Trabalho:**

**Elemento de Despesa:**

**PI:**

CLÁUSULA **DOZE** - DA FISCALIZAÇÃO

12.1 - A fiscalização será realizada por servidor indicado pela Coordenação do Comando de Operações Táticas – COT/DIREX/DPF; com autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização, observando o constante nos § 1º e § 2º dos Art. 67 da Lei 8.666/93.

12.2 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3 - A Contratante reserva-se o direito de recusar-se a atestar a Fatura/Nota Fiscal se, no ato da apresentação, os materiais objeto deste Instrumento não estiverem de acordo com a descrição apresentada.

12.4 - O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA **TREZE** - DAS ALTERAÇÕES

* 1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
  2. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.
     1. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

CLÁUSULA **CATORZE** - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

* 1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002 e do Decreto nº 3.555, de 2000, a Contratada que, no decorrer da contratação:
     1. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;
     2. Apresentar documentação falsa;
     3. Comportar-se de modo inidôneo;
     4. Cometer fraude fiscal;
     5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital ou no Contrato.
  2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
2. Multa:
   1. Moratória de **até 0,2 %** (zero vírgula dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;
   2. Moratória de **até 0,4%** (zero vírgula quatro décimos por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30° (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;
   3. Compensatória de **até 10%** (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.
3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o **Departamento de Polícia Federal**, pelo prazo de até dois anos;
4. Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;
   * 1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
   1. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
      1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
      2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
      3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
   2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
   3. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
   4. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
      1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
   5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
   6. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA **QUINZE** - MEDIDAS ACAUTELADORAS

* 1. Consoante o artigo 45 da Lei n° 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

CLÁUSULA **DEZESSEIS** – DA RESCISÃO CONTRATUAL

* 1. São motivos para a rescisão do presente Contrato, nos termos do art. 78 da Lei n° 8.666, de 1993:

1. o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
2. o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
3. a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço, nos prazos estipulados;
4. o atraso injustificado no início do serviço;
5. a paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
6. a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADAcom outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Contrato;
7. o desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
8. o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
9. a decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;
10. a dissolução da sociedade, ou falecimento da CONTRATADA;
11. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;
12. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelamáxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTEe exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
13. a supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;
14. a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;
15. o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de serviços, fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à CONTRATADAo direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;
16. a não liberação, por parte da Administração, do objeto para execução do serviço, nos prazos contratuais;
17. a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;
18. o descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
    1. Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
    2. A rescisão deste Contrato poderá ser:
       1. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII desta cláusula;
       2. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;
       3. judicial, nos termos da legislação.
    3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
    4. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:
       1. devolução da garantia;
       2. pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.
    5. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.
    6. O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:
       1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
       2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
       3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA **DEZESSETE** - DOS CASOS OMISSOS

* 1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE*,* segundo as disposições contidas na Lei nº 10.520, de 2002, no Decreto nº 5.450, de 2005, no Decreto n° 3.555, de 2000, na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, no Decreto nº 3.722, de 2001, na Lei Complementar nº 123, de 2006, e na Lei nº 8.666, de 1993, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições. É também aplicável aos casos omissos os preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA **DEZOITO** - DA PUBLICAÇÃO

* 1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

CLÁUSULA **DEZENOVE** - DO FORO

* 1. Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Brasília - Justiça Federal, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Brasília/DF, **XX** de **XXXX** de **XXXX**.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Pela CONTRATANTE

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Pela CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

| **ANEXO VIII - DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 44/2013** |
| --- |

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE IMPOSSIBILIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**DECLARAÇÃO DE IMPOSSIBILIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

A empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ declara, por meio de seu representante legal abaixo assinado, e sob as penas da lei que os documentos habilitatórios abaixo listados, exigidos no edital, não possuem equivalência em nosso País.

|  |  |
| --- | --- |
| ITEM DO EDITAL | DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO EDITAL |
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |

A empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ declara que está ciente da responsabilidade civil e criminal decorrente da não veracidade das informações prestadas, como também das sanções administrativas e penais a que está sujeita no Brasil, caso o teor deste instrumento não seja condizente com a situação atual real.

Brasília – DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(representante legal)

| **ANEXO I-A – EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 44/2013** |
| --- |

**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL PARA EMPRESA ESTRANGEIRA**

(Nome/Razão Social/Designação) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no (nome do cadastro do país de origem, se houver) nº \_\_\_\_\_\_, situada no endereço \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, telefone: \_\_\_\_\_, fax: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, email: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador (a) da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, apresenta proposta para:

Item do Edital: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Destino Final:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Moeda da Proposta:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Dados completos da empresa transportadora (importadora): \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

|  |  |
| --- | --- |
| Descrição completa do Equipamento, inclusive com país de origem, fabricante, marca, modelo, código do catálogo ou referência, e peso (kg). |  |
| (Q) Quantidade |  |
| (FCA) Preço FCA Total da Mercadoria, no local de embarque estrangeiro, pronta para a importação e pronta para ser entregue ao transportador |  |
| (VFI) Valor do frete total internacional |  |
| (VSI) Valor do seguro total internacional |
| (CC) Custo CIP ( = carriage and in insurance paid to final destination), incluídos todos os riscos e custos relativos ao transporte internacional e entrega da mercadoria no local de destino designado |  |
| **(PT) Preço Total** → CC = FCA + VFI + VSI |  |
| **(PU) Preço Unitário** → PU = PT / Q |  |

Observações e Declarações:

* A proposta de preços apresentada e considerada para efeito de julgamento será de **exclusiva e total responsabilidade da licitante**, inclusive quanto à consideração de isenções ou incidências de custos, seguros, frete, montagem, garantia, assistência técnica, responsabilidade técnica, transporte, tributos, impostos, contribuições fiscais, contribuições parafiscais, custos com o manuseio de carga, inclusive, porventura, com serviços de terceiros ou mão-de-obra, conforme o caso, e outros custos que venham a incidir direta ou indiretamente no objeto licitado.
* Será de **exclusiva e total** responsabilidade da licitante obter, dos órgãos competentes, informações sobre a incidência ou não de tributos, impostos e taxas de qualquer natureza devidas para o fornecimento do objeto desta licitação, no mercado interno, as inspeções da mercadoria realizada pela fiscalização de Órgãos Públicos, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária, ou outras correlatas.
* Os valores de VFI e VSI poderão ser orçados em conjunto, pela licitante estrangeira, se não for possível separá-los.
* A licitante deverá anexar à sua proposta, se e quando cabíveis, as declarações mencionada no item 4.1.11 e 4.1.14 do edital.
* O valor total de proposta (PT) é de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (em algarismo e por extenso);
* Validade da Proposta:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ dias (*não inferior a 60 dias).*
* Declaramos aceitação total e irrestrita às condições do presente Edital, bem como a circunstância de que na nossa proposta, os valores apresentados englobam todos os custos a cargo da contratada, que venham a onerar o objeto desta licitação, descritos no Termo de Referência e Edital.
* Declaramos que os preços ofertados englobam as despesas com material, mão-de-obra, encargos sociais, trabalhistas, fiscais, previdenciários e comerciais, fretes, transportes, seguros, embalagens, grafismo, tributos incidentes, treinamento de pessoal e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação.
* Declaramos que nos comprometemos a prestar a assistência técnica de garantia dos equipamentos, incluindo as manutenções preventivas (se houver), conforme manual do fabricante ou outras manutenções mandatórias em cumprimento de documentos emitidos pelo fabricante ou órgãos regulamentadores, a contar da data de recebimento definitivo, contra quaisquer defeitos de fabricação, desgaste precoce ou de montagem, incluindo assistência técnica gratuita a ser prestada pelo fornecedor, composta de mão-de-obra, substituição, reposição de peças e componentes, sem ônus para a contratante, desde que estes não sejam provenientes de operação ou manuseio inadequado, conforme previsto no termo de referência.
* Declaramos que nos comprometemos a prestar suporte técnico, bem como prover a assistência técnica em conformidade com as exigências estabelecidas no termo de referência, indicando o prazo de garantia dos equipamentos não inferior a 12 (doze meses), contra, quaisquer defeitos de fabricação, desgaste precoce ou montagem, a contar da data de recebimento definitivo, incluindo assistência técnica gratuita a ser prestada pelo fornecedor, composta de mão-de-obra, substituição, reposição de pecas e componentes, salvo se constatada a indevida utilização do equipamento pelo operador final, caso fortuito ou forca maior, indicando os locais e empresas homologadas no Brasil para a respectiva manutenção e autorizadas pelo fabricante.
* Declaramos que todas as licenças, autorizações, licenciamentos, homologações, certificações, registros referentes ao objeto proposto por ocasião desta licitação reverterão em beneficio do DPF.
* Declaramos que os prazos, inclusive os de entrega, serão os indicados ou os solicitados na forma do Termo de Referência e Edital.
* Declaramos que aceitamos acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do Contrato, de acordo com o § 1º do Artigo 65 da Lei n.º 8.666/93.
* Declaramos que entregaremos, juntamente com os equipamentos, um manual de usuário por unidade, traduzido para o idioma português; e um manual de manutenção, em idioma português, a cada unidade.

Cidade/Estado, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(representante legal)

| **ANEXO I-B – EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 44/2013** |
| --- |

**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL PARA EQUIPAMENTO OFERTADO POR EMPRESA NACIONAL (ou estrangeiras em funcionamento no Brasil)**

(Nome/Razão social) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_\_, situada no endereço (completo) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, com inscrição estadual ou distrital nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, telefone: \_\_\_\_\_\_\_, fax: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, email: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador (a) da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, apresenta proposta para:

Item do Edital: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Destino Final:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Moeda da Proposta:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

|  |  |
| --- | --- |
| Descrição completa do Equipamento, inclusive com país de origem, fabricante, marca, modelo, código do catálogo, peso (kg). |  |
| (Q) Quantidade |  |
| (PUPF) Preço Unitário Posto-Fábrica, sem impostos, no estabelecimento do vendedor, ou em outro local nomeado (fábrica, armazém, etc.), excluídos os valores relativos ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), ao Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) |  |
| (CUE) Custo Unitário de Encargos relativos ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), e IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) incidentes sobre os equipamentos, discriminando-os, inclusive quanto à alíquota incidente |  |
| (CUTD) Custo Unitário do Transporte Doméstico, seguro e outros, incidentes sobre a entrega dos equipamentos no destino final no Brasil, discriminando-os; no preço cotado deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto |  |
| (CSD) Custo dos Serviços Decorrentes, tais como instalação, testes e/ou colocação em funcionamento dos equipamentos fornecidos; fornecimento de ferramentas necessárias para a montagem e manutenção; fornecimento de manual detalhado de operação e manutenção para cada unidade apropriada dos equipamentos fornecidos com tradução em português, discriminando-os |  |
| (CSGAT) Custo dos Serviços de Garantia e Assistência Técnica, tais como garantia de funcionamento, manutenção preventiva e corretiva, assistência técnica, incluindo pecas de reposição, para garantir o funcionamento do equipamento durante o período de garantia, discriminando-os. |  |
| Preço Total (PT) = PUPF + CUE + CUTD + CSD + CSGAT |  |
| Preço Unitário (PU) = PT / Q |  |
| Informar NCM na Tarifa Externa Comum |  |

Observações e Declarações:

* A proposta de preços apresentada e considerada para efeito de julgamento será de **exclusiva e total responsabilidade da licitante**, inclusive quanto à consideração de isenções ou incidências de custos, seguros, frete, montagem, garantia, assistência técnica, responsabilidade técnica, transporte, tributos, impostos, contribuições fiscais, contribuições parafiscais, custos com o manuseio de carga, inclusive, porventura, com serviços de terceiros ou mão-de-obra, conforme o caso, e outros custos que venham a incidir direta ou indiretamente no objeto licitado.
* Será de **exclusiva e total** responsabilidade da licitante obter, dos órgãos competentes, informações sobre a incidência ou não de tributos, impostos e taxas de qualquer natureza devidas para o fornecimento do objeto desta licitação, no mercado interno, as inspeções da mercadoria realizada pela fiscalização de Órgãos Públicos, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária, ou outras correlatas.
* A licitante deverá anexar à sua proposta, se e quando cabíveis, as declarações mencionada no item 4.1.11. e 4.1.14. do edital.
* O valor total de proposta total (PT) é de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (em algarismo e por extenso);
* Validade da Proposta:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ dias (*não inferior a 60 dias).*
* A licitante nacional deverá discriminar na proposta a base de cálculo, as alíquotas e os valores dos tributos e as contribuições sociais dos gravames incidentes sobre o preço de venda, além do **Código NCM** do produto para fins de enquadramento tributário junto à Receita Federal do Brasil, para cumprimento do disposto no §4º do art. 42 da Lei n.º 8.666/93.
* Declaramos aceitação total e irrestrita às condições do presente Edital, bem como a circunstância de que na nossa proposta, os valores apresentados englobam todos os custos a cargo da contratada, que venham a onerar o objeto desta licitação, descritos no Termo de Referência e Edital.
* Declaramos que os preços ofertados englobam as despesas com material, mão-de-obra, encargos sociais, trabalhistas, fiscais, previdenciários e comerciais, fretes, transportes, seguros, embalagens, grafismo, tributos incidentes, treinamento de pessoal e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação.
* Declaramos que nos comprometemos a prestar a assistência técnica de garantia dos equipamentos, incluindo as manutenções preventivas (se houver), conforme manual do fabricante ou outras manutenções mandatórias em cumprimento de documentos emitidos pelo fabricante ou órgãos regulamentadores, a contar da data de recebimento definitivo, contra quaisquer defeitos de fabricação, desgaste precoce ou de montagem, incluindo assistência técnica gratuita a ser prestada pelo fornecedor, composta de mão-de-obra, substituição, reposição de peças e componentes, sem ônus para a contratante, desde que estes não sejam provenientes de operação ou manuseio inadequado, conforme previsto no termo de referência.
* Declaramos que nos comprometemos a prestar suporte técnico, bem como prover a assistência técnica em conformidade com as exigências estabelecidas no termo de referência, indicando o prazo de garantia dos equipamentos não inferior a 12 (doze meses), contra, quaisquer defeitos de fabricação, desgaste precoce ou montagem, a contar da data de recebimento definitivo, incluindo assistência técnica gratuita a ser prestada pelo fornecedor, composta de mão-de-obra, substituição, reposição de pecas e componentes, salvo se constatada a indevida utilização do equipamento pelo operador final, caso fortuito ou forca maior, indicando os locais e empresas homologadas no Brasil para a respectiva manutenção e autorizadas pelo fabricante.
* Declaramos que todas as licenças, autorizações, licenciamentos, homologações, certificações, registros referentes ao objeto proposto por ocasião desta licitação reverterão em beneficio do DPF.
* Declaramos que os prazos, inclusive os de entrega, serão os indicados ou os solicitados na forma do Termo de Referência e Edital.
* Declaramos que aceitamos acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do Contrato, de acordo com o § 1º do Artigo 65 da Lei n.º 8.666/93.
* Declaramos que entregaremos, juntamente com os equipamentos, um manual de usuário por unidade, traduzido para o idioma português; e um manual de manutenção, em idioma português, a cada unidade.

Cidade/Estado, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(representante legal)